

ACIM

PORTE PAGO
DR/PR
ISR - 4B - 0708/88

JULHO/90

Nº 301

ANO 27

REVISTA INFORMATIVA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARINGÁ

ACIM e Kakogawa assinam convênio



II PROMOACIM
em outubro

ACIM

A QUALIDADE CONFIRMA
ENGENHARIA ELÉTRICA
É

Clas. 050

2454

Reg. 0240

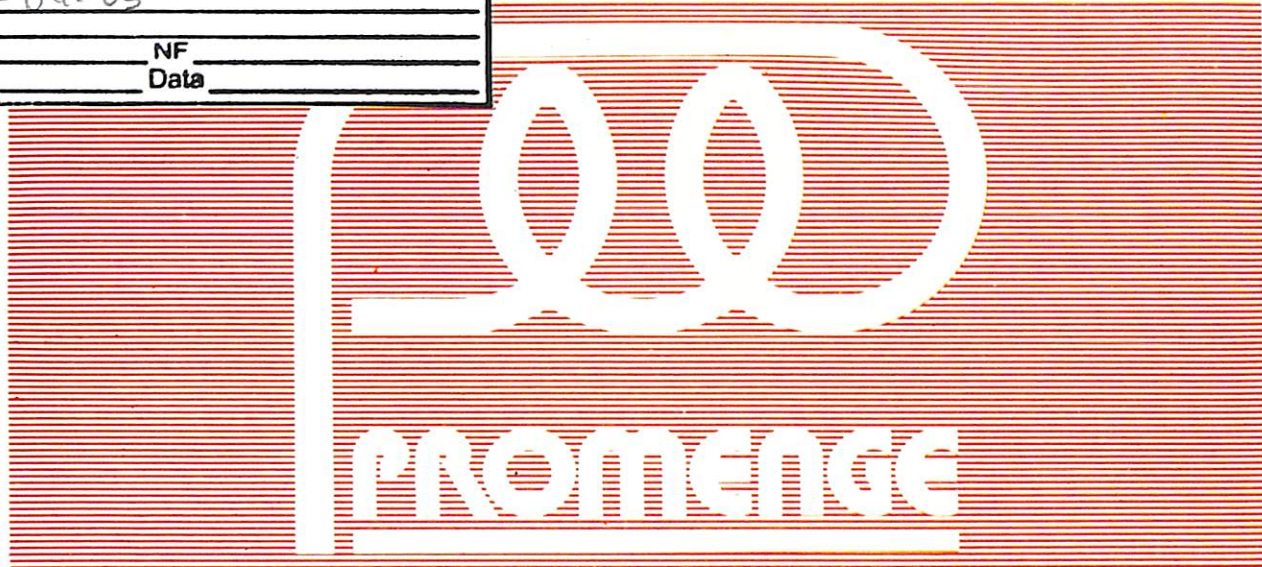
Data 22-04-05

Proced.

R\$

NF

Data



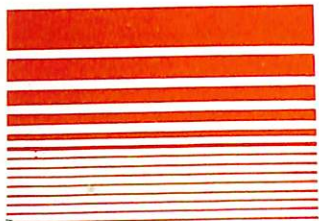
Projeto · Montagem · Manutenção · Assessoria

PROMENGE · Projetos e Montagens de Engenharia Elétrica Ltda.

Rod. Pr. 317 · Km 4 · Distrito Industrial II

Fone (0442) 24-3711 - Telex 44-2245

MARINGÁ · PR



Eletro Maringá

ADALBERTO VIEIRA & CIA. LTDA.

MATERIAIS ELÉTRICOS EM GERAL

MARINGÁ - RUA JOUBERT DE CARVALHO, 299 - FONE 22-2512

Matriz - Rua Quintino Bocaiúva, 822-B - Fone 23-0999 - Londrina

Filial - Avenida Tiradentes, 858 - Fone 27-3000 - Londrina

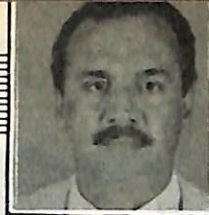
COBRAPAR S/C LTDA.



Cobrança e Assessoria Jurídica

12 ANOS DE BONS SERVIÇOS AO EMPRESÁRIO MARINGAENSE

Rua Joubert de Carvalho, 623, 6º andar, salas 604 e 605
Fone: (0442) 23-0021 - MARINGÁ - PARANÁ



INGRATIDÃO

Desde 1954, quando cheguei à Maringá, aprendi a amar esta terra. Ainda sem energia elétrica, sem asfalto, sem telefone, com muita poeira, muita lama, mas com cheiro de progresso.

Tempos bons aqueles da pureza de sua mata e de sua gente, vividos na beleza da canção de Joubert de Carvalho, que ao longo do tempo mostrou ser uma letra reveladora de uma história cheia de injustiças e insensibilidades.

Ah! Maringá! Seus vizinhos são unânimes em apregoar sua sorte em ter podido contar ao longo de seu desenvolvimento, com dinâmicos prefeitos que conseguiram dar a você, Maringá, toda dimensão e prestígio que desfruta hoje.

Nós maringaenses, desde há muito, temos nos habituado a conjugar os verbos de otimismo no passado, naquele embalo de que apenas "ANTI-GAMENTE UMA ALEGRIA SEM IGUAL DOMINAVA AQUELA GENTE DA CIDADE"; como se hoje essa mesma alegria não pudesse existir e continuar dominando a gente de agora.

Apenas o passar do tempo tem feito justiça aos executivos municipais, já que durante suas respectivas ges-

tões sempre foram perseguidos, criticados sem ponderação e desrespeitados.

Cada um, ao final de seu mandato, acabou se constituindo no "RETI-RANTE QUE MAIS DAVA O QUE FALAR" e apenas para ilustrar este vírus maringaense lembremo-nos de nossos últimos prefeitos. Ao Dr. João Paulino Vieira Filho, duas vezes prefeito em Maringá e um dos baluartes da política local, atribuía-se os objetivos de intransigente, ditador, e egocêntrico, lembrem-se?

Hoje, sua obra é reconhecida, aplaudida e respeitada, mas algum de nós teria se imaginado na pele dele quando era alvo de tanta injustiça, tanta intolerância e tanta maldade? Efetivamente podemos imaginar que esta pressão serviu para que seus esforços fossem dispersos e que com um pouco mais de sossego, tranquilidade e incentivo, muito mais poderia ter sido feito.

O mesmo exemplo se aplica ao Dr. Said Felício Ferreira, que quase teve sua brilhante administração comprometida por um rumoroso caso, envolvendo a compra de pneus cujo montante em cruzeiros era desprezível ou, no mínimo, muito pouco expressivo frente ao patrimônio pessoal do cida-

dão Said.

Hoje a história se repete com o atual prefeito Ricardo Barros. De nada valem as 10, 12, horas trabalhadas por dia, inclusive sábados e domingos, de nada valem as inúmeras obras realizadas ou em realização atendendo em especial aos bairros mais carentes. Ao todo, são mais de 10 escolas, 9 creches, 3 postos de saúde, 4 salões comunitários, praças, canchas, secretaria de saúde, centro esportivo, delegacia de polícia e a primeira escola de ensino integral, entre outras.

Envolto num processo de cassação, nosso jovem prefeito, filho de Maringá, ainda encontra força para realizar cerca de 1 bilhão de cruzeiros em obras. Obviamente que só erra quem faz, e a média ponderada entre o errado e o correto fará o julgamento final, não só do prefeito mas de cada um de nós.

Não parece lógico que para otimizarmos os resultados precisemos aplaudir e colaborar com o que se faz de bom, de forma que, sem ignorá-los, aprendamos com os erros?

Ah! Maringá! É hora de deixar de ser crinça e mostrar que está madura, "PRÁ DE NOVO O CORAÇÃO DE UM CABLOCO ASSOSSEGÁ".



Se você resolveu utilizar os benefícios da Informática para melhoria da sua Empresa... Faça-o de maneira certa!!! Consulte-nos

MAYKS-INFORMÁTICA LTDA
TEL.: 0442-33-1405

Assessoria de Informática
Planejamento de Informática
Desenvolvimento de Sistemas Específicos

"Nunca o computador solucionou tanto"

ACIM

Revista de publicação mensal
da Associação Comercial e Industrial
de Maringá - ACIM
Rua Néo Alves Martins, 2.321
Telefone (0442) 26-1331
S.P.C. (0442) 26-2299
Telex (442) 168 - Caixa Postal 1033
Maringá - PR

DIRETORIA

Presidente: Fernando Henriques

1º Vice-Pres.: Paulo Sérgio Magalhães Silva

2º Vice-Pres.: Shiniti Ueta

1º Secretário: Luis Carlos Masson

2º Secretário: Paulo Morais Badan

1º Tesoureiro: Fernando Vieira Raimundo

2º Tesoureiro: Valdecir de Brito

Diretor Adjunto: Massao Tsukada

Diretor Adjunto: Pedro Granado Martines

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Carlos Mamoru Ajita

Secretário: Moacir Somaggio

Membros:

Agenor Maia - Américo Fernandes - Amorim

Pedrosa Moleirinho - Antonio J. R.

Silvestre Ferreira - Eduardo Hideshiro Hase -

Euclides Sordi - Fernando José de Faria

Ferraz - Francisco Favoto - Futoshi Matsuda -

Hélio Shimabukuro - Heitor Bolela Júnior -

Joaquim Agostinho - José do Santos Ribeiro -

José Gomes Ferreira - Miguel Fujinami -

Moacir Somaggio - Reginaldo Nunes Ferreira -

Sabas Martins Fernandes - Shoiti

Okimoto - Simão Hirata - Tokoiti Guinoza

Membros Natos:

Alcides Siqueira Gomes - Álvaro Miranda

Fernandes - Atair Niero - Emílio Germani -

Ermelindo Bolfer - Joaquim Dutra - Luiz

Julio Bertin - Manuel Mário de Araújo Pismel

- Raymundo do P. Vermelho - Sidnei

Meneguetti - Ubirajara de Araújo Pismel -

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Jair Arduin

Milton Massar Morita

Orides Lopes

Suplentes:

Edmilson W. F. Brassanini

Edenilson Rossi

João Noma

DIRETOR RESPONSÁVEL

Luiz Carlos Masson

EDITOR RESPONSÁVEL

Rosemeiri Zulian - Mt 2521

GERENTE ADMINISTRATIVO

Carlos Roberto Previdelli

PUBLICIDADES

Vera Regina de Paula e Silva

TIRAGEM

1.500 exemplares

Composição:

Celso Bettoni

Montagem

Anilton Rodrigues

Art-Final

Silvio T. Matsumoto

Impressão:

GRÁFICA STHAMPA 23-4710

Publicação mensal dirigida e gratuita.
Circulação nos quinze primeiros dias
de cada mês. Cartas para a Assessoria
de Comunicação Social da ACIM.

A Revista ACIM não se responsabiliza por
conceitos emitidos em matérias assinadas

ÍNDICE

Editorial	03
Vice-Consul Americano na ACIM	05
A procura dos culpados	06
Micro-Empresa: Aparecendo para crescer	07
II Promoacim em Outubro	07
Vencendo a crise	08
Novos Sócios	09
Cursos	10
Caderno Técnico	11 a 22
Comitiva de Maringá visita Kakogawa	23 a 27
Esqueça. Vamos trabalhar!	27
Relatório da ACIM: mês de Junho	28
A segurança de Maringá	29
A Informática no Futuro	29
ACIM prepara a IV Feimar	30

Vice-Cônsul Americano na ACIM

No dia 8 de junho, sexta-feira, esteve visitando a ACIM-Associação Comercial e Industrial de Maringá, o vice-cônsul americano, John C. Bradshaw, que além de conhecer o funcionamento da Associação, colheu subsídios através dos empresários, sobre a indústria, comércio e a agricultura de Maringá e região. O vice-cônsul está estudando toda a região, após a abertura de mercado pelo presidente Fernando Collor.

O vice-presidente da ACIM, Paulo Sérgio Magalhães Silva, representando Fernando Henrique (presidente) que estava visitando Kakogawa no Japão, com interesses comerciais, recebeu John G. Bradshaw, juntamente com membros da diretoria em uma reunião rápida, na sala de reuniões da diretoria da ACIM, onde discutiram sobre vários assuntos, entre os quais política, economia, Plano Collor, inflação, etc.

Entre os assuntos discutidos estavam, reajuste salarial de 166%, onde os empresários presentes argumentaram não ser aconselhável tal valor, haja vista que o repasse aos demais produtos ultrapassará os 300%. Para Paulo Magalhães, segundo uma pesquisa entre seus funcionários, hoje se vive melhor comparando-se ao mês de fevereiro. Antes do plano, o alto custo de vida dava as pessoas poucas opções de compras, o contrário de hoje que se consome mais. Paulo Magalhães afirmou que todos trabalham para o sucesso do Plano Brasil Novo, pois caso a inflação volte, o Brasil certamente não suportará.

Outro assunto apontado durante a reunião, que deixou a todos entu-



Paulo Sérgio Magalhães na entrega de presentes e informações à John C. Bradshaw

siasmados, foi saber que Maringá e todo o Estado do Paraná não sentiu a verdadeira crise, sem demissões em massa, redução de salários e jornada de trabalho, sem esquecer de contar com o crescimento de investimentos em nossa cidade. O programa da ACIM, entregue ao vice-cônsul, além de congregar e representar os interesses da livre iniciativa oferece às suas associadas diversos outros serviços como:

Serviço de Proteção ao Crédito-SPC, destinado ao fornecimento de informações cadastrais de pessoas físicas mantendo um arquivo de informações fornecidas por todas as empresas filiadas ao sistema. Realiza intercâmbio com todos os SPCs do Brasil recebendo e transmitindo dados de clientes inadimplentes.

Sistema Vídeo-Cheque, totalmente informatizado com informações de cheques, cadastros no Banco Central, cheques extraviados, furtados e de emitentes de cheques sem fundos na praça de Maringá.

Departamento de Pequenas Co-branças, que auxilia as empresas no recebimento de títulos, através de procedimentos próprios.

Departamento Jurídico destinado à orientação das empresas filiadas em todas as matérias a ela afetas.

Departamento Contábil também destinado a oferecer informações as associadas.

Departamento Técnico-Informativo: presta informações trabalhistas, previdenciárias, tributárias, índices econômicos, tributos federais, estaduais e municipais.

Setor Copigráfico – dotado de fotocopiadoras, mimiógrafos, plastificação e encadernação.

Atende as empresas associadas com preços subsidiados e pagamento mensal.

Telex para recebimento e transmissão de mensagens, a preço de custo.

Descon – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos, conveniado com a Universidade Estadual de Maringá e Secretaria de Estado de Ciências, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Paraná, destinado a traçar um perfil sócio-econômico do município de Maringá e realizar pesquisas setoriais às empresas interessadas.

Revista ACIM-editada mensalmente contendo matérias técnicas atualizadas, matérias divulgacionais, além de espaço publicitário aos interessados.

Biblioteca Técnica com acervo à disposição das associadas, mantendo assinatura de periódicos, Diários Oficiais da União, Estado e Município, legislação e outros.

Auditório para uso das empresas associadas.

Convênio com hotéis em diversas cidades do país, com descontos oferecidos mediante a apresentação da carteira de associados da ACIM.



Vice-Consul(direita) satisfeito com o Paraná



Diretoria presente na sede da Acim com vice-consul John Bradshaw

A PROCURA DOS CULPADOS

Alcides Siqueira Gomes

O plano de estabilidade econômico do governo federal assentou-se em quatro pilares fundamentais: uma nova regra para preços e salários; uma reforma tributária e patrimonial; uma nova política cambial e alfandegaria e uma reforma monetária. Devido à sua amplitude teve neste último pilar, o principal ponto de apoio do programa, e ao mesmo tempo em que representou o mais devastador sequestro contra a estrutura financeira do país.

De fato a reforma monetária só encontrou paralelo, em intensidades e consequências com as adotadas em países conflagrados por guerras ou revoluções. A reforma pretendia acabar com a inflação através da criação de uma moeda forte que absorvesse a excessiva liquidez da economia e com uma de suas causas: o déficit público. Este choque de liquidez provocado tinha como objetivo nas alegações do governo, estabelecer uma nova relação entre a "riqueza" financeira e o valor dos bens e serviços ofertados pela economia. Diria eu que, o efeito desta nova relação sobre o nível de preços seria idêntico aquele que se obteria se a oferta de bens e serviços aumentasse na mesma quantidade da moeda existente. Pois antes do choque esta relação chegava a 25% do PIB aproximadamente. Após o bloqueio dos recursos financeiros no Banco Central a disponibilidade caiu para 4% do PIB, o que significou é que a mesma quantidade de bens e serviços negociada teria que ser intermediada por uma quantia de moeda cinco vezes menor.

Entretanto na prática, a nova relação entre bens reais e a oferta de moeda não se estabelece automaticamente na economia. Alguns setores podem se ajustar mais rapidamente do que outros. E ao mesmo tempo existem empresas que não puderam se ajustar sem profundas alterações nas suas estruturas de custo e automaticamente não preservaram o nível de

emprego mesmo abrindo mão de suas margens e assim a economia poderá entrar em profunda recessão.

Os perigos à vista são vários, o plano não previu como promover o desenvolvimento econômico. O governo até conseguiu uma boa arrancada impondo à maioria um certo clima de otimismo no país (pelo menos aos menos avisados) sob a dinâmica de personalidade presidencial, mas aos poucos foi tropeçando em obstáculos principalmente a credibilidade, na constitucionalidade e nos métodos promessistas, bem como, aos direitos da cidadania. Jamais um cidadão brasileiro, honesto e trabalhador, imaginaria que de repente poderia ficar impedido de movimentar sua conta corrente no banco ou que a poupança acumulada durante longos anos de esforço para a realização de qualquer sonho se transformasse em algo indisponível, sem nenhum valor durante longo tempo, e de liquidez duvidosa no futuro, pois a inflação que nem foi, já está voltando. Com a volta da inflação, o principal perigo consistirá em saber administrar a recessão, aparentemente inescapável, e é claro sem perder o controle na sua magnitude e duração. As exportações por exemplo que constituem o único componente da demanda agragada cujo crescimento é menos conflito, ainda não foi estimulada o suficiente sob o novo regime de câmbio flutuante. A economia informal que supostamente serve de colchão amortecedor principalmente nas épocas de recessão como a de 1981, foi particularmente afetada, especialmente pelas medidas do anonimato fiscal. Muito se falou também nas torneirinhas, dosagem da liquidez e das atenções que o governo deveria dar e não poderia medir esforços para controlar o dinheiro e evitar a volta da inflação. Esse controle foi feito, certo ou errado com o nosso, ou seja com o da iniciativa privada, após nos privarem de dispor

dos próprios recursos. Agora, tão zeloso que é o governo com o nosso dinheiro, deveria fazer o mesmo em sua casa ou seja com o seu, abrindo as torneiras só o necessário para gastar.

O pior disto tudo é que o governo incompetente, como sempre foi, já começou a se queixar de que a sociedade não colabora, ou seja já está a procura dos culpados, que são os empresários que querem repassar os salários para os preços, o reajuste dos salários dos funcionários públicos em 166%, a grande herança deixada pelo governo anterior, os especuladores detentores da maioria das altas somas de cruzados novos que por meio de mutretas absolutamente legais transformaram em cruzeiros, vendas imobiliárias fictícias, subscrições de ações, empresário fujutos e mais uma infinidades de maracutaias. Ao invés de verificar que o Estado é extremamente eficiente na sua função de manter o Brasil emperrado. Não há razão para se esconder o pano sujo da realidade nacional. Os setores médios passam a constatar, perplexos que vivem em dois Brasis; um o colorido e o outro amendrotado. Esta separação entre os dois gera um campo de dissonância prejudicial ao equilíbrio das pessoas físicas e jurídicas, aí que surge um paredão de interrogações sobre as sequelas, as dúvidas, as desavenças, bem como um profundo sentimento de vazio e insegurança. Há no Brasil ainda um a fronteira ético - jurídica que precisa ser bem administrada, sob pena de se perder as conquistas políticas e se jogar o país no retrocesso. Não adianta nada apontar os culpados, o que a sociedade requer são as soluções, e nem por isto exige que seja a curto prazo.

(*) Diretor do grupo SOMACO e conselheiro da Associação Comercial e Industrial de Maringá.

MICRO EMPRESA: Aparecendo para crescer!

Ainda hoje, um dos maiores desafios para o Governo, é quantificar o percentual da economia que opera na informalidade.

Realmente, não há dados precisos do número de empresas existentes na clandestinidade.

Pode-se, contudo, observar neste quadro fatos interessantes:

O brasileiro, acostumado anteriormente com o índices inflacionários elevados, no momento atual considera desestimulante a especulação em ativos financeiros e canaliza os recursos para o investimento no setor produtivo.

Essas circunstâncias permitem às pessoas que já têm algum interesse em montar seu próprio negócio, a concretização de suas idéias, aceitando desafios e competindo no mercado.

Por outro lado, as empresas que antes trabalhavam na clandestinidade, agora se preocupam em legalizar sua situação, forçadas pelas recentes restrições ao cheque ao portador e outras medidas adotadas pelo governo.

Esses fatos são comprovados pelo aumento, em torno de 50%, no número de solicitações de registro de novas empresas, conforme pesquisa realizada pelo Junta Comercial de Maringá, cuja jurisdição abrange dezenove Municípios.

Isso vem demonstrar um crescimento regional, fomentando a economia, considerada a tônica do nosso



desenvolvimento atual.

É cedo ainda para fazer um balanço da situação dessas novas empresas. O êxito virá com o preparo profissional, a capacidade gerencial do empreendedor, o relacionamento transparente entre empregador e empregado, e, o comprometimento de todos para com os objetivos da empresa.

O Brasil continua sendo o país das oportunidades. Basta que cada um faça auto-análise de suas potencialidades e que haja um aproveitamento da oportunidade para o sucesso do empreendimento.

Maria Alice Pinatti
Vice-presidente do Conselho da Mulher
Empresária, Advogada e Consultora do CEAG/PR.

II Promoacim em outubro

As inscrições para a participação na II PROMOACIM já estão abertas. As empresas filiadas à ACIM interessadas em participar, têm até o dia 29/08 para fazê-las. E visando proteger os interesses das empresas que se manifestarem positivamente até esta data, a ACIM não aceitará inscrições após data limite.

A Associação Comercial e Industrial de Maringá, que trabalha para o desenvolvimento das atividades empresariais em Maringá, já está se dedicando ativamente para a realização da II PROMOACIM. Embasada no sucesso do primeiro evento, realizado em junho/julho de 1989, proporcionando um considerável aumento nas vendas do comércio maringaense, a Diretoria da entidade está retomando as atividades desta promoção com vistas à realização deste segundo show.

A campanha está sendo desenvolvida pela CLICK PROPAGANDA, em idêntica estrutura funcional ao primeiro evento, que segundo a pesquisa realizada entre os lojistas participantes, foi altamente positiva. O contrato, que culmina a promoção do evento, para a realização do SHOW ARTÍSTICO, com a famosa dupla sertaneja "CHITÃOZINHO E XORORÓ", já está assinado.

O SHOW será realizado no Estádio Willie Davids, no dia 06 de outubro, constando de apresentação da dupla, som, iluminação, telão e laser. Desejando melhores informações, entrar em contato com a ACIM, pelo fone: 26-1331 - Previdelli.

DECIDIDAMENTE!



DEDICAÇÃO CONQUISTANDO CONFIANÇA.

VENCENDO A CRISE

Com o objetivo de fornecer ao empresário, gerente de divisão e executivo, subsídios capazes de superar as crises dentro da empresa, no seu meio social, frente às situações adversas do dia-a-dia, a ACIM-Associação Comercial e Industrial de Maringá promoveu nos dias 4,5,6 de junho no Auditório Herbert Maya, um Simpósio Empresarial com o professor Osvaldo Farias Barbosa.

O professor Osvaldo é pós-graduado em Psicologia da Administração e Administrador de Empresas, além de já ter realizado trabalhos nestas áreas para a Pirelli, General Motors do Brasil, Cônsul e Grupo Votorantin.

O programa do simpósio, administrado pelo professor Osvaldo Barbosa, foi debatido em quatro pontos importantes: primeiro; a predisposição para ação – que resume em dizer que os seres humanos possuem componentes para realizar todos seus ideais, trabalhando apenas com a força interior (uma energia que necessita de incentivos). O que muitas vezes poderá ocorrer, é o homem se defrontar com uma “crise”; acabará perdendo a alegria e vontade de viver, anulando sua força interior, e isso poderá ser repassado à sua empresa e funcionários, conseqüentemente, gerando desequilíbrio e prejúízo.

Segundo o professor Osvaldo, a reação do homem diante de algum problema, espelha-se diretamente na educação de sua infância. Quando adulto, age de acordo com as regras da sociedade impostas pela própria família (pai e mãe). Assim, conclui, a

formação do homem é até aos sete anos, um metamorfose de caráter, depois disso sua vida é apenas uma repetição de sua infância. Por exemplo, se uma criança foi educada com atos violentos, reprimida, com certeza, quando adulta esta será indecisa e com difícil acesso ao diálogo. O professor propôs, que para esses casos, alguns momentos de reflexão, e até mesmo cursos de relaxamento.

Segundo; a administração bem sucedida manifesta-se em uma prontidão para experimentar e assumir riscos. É sugestivo trabalhar em grupo, facilitando resolver os problemas e até as tensões, que às vezes se adquire. Quanto maior um grupo e bem organizado, as soluções também serão as melhores. Uma empresa que hoje trabalha com memorandos está muitos anos atrasada no desenvolvimento e aperfeiçoamento moderno. Esse método, diz Osvaldo, é extinto há muito tempo, pois dentro de uma empresa essa forma de comunicação atrasa o andamento do trabalho. O homem tem que ser “petulante” e correr riscos, desde que bem estudados, colocando suas idéias em prática, modernizando a empresa, pois caso contrário tudo e todos ficarão para trás, especialmente o homem.

Terceiro; decidir em ambientes de conflito. Com o bom senso, equacionar o que é problema, caso ele exista, certeza que há solução. Tudo é uma questão de analisá-lo no devido tempo, ou seja viver o presente, o dia-a-dia, do contrário é comodismo.

Quarto; conflito e pessoas: “stress” maior inimigo dos momentos difíceis – como superá-lo? As ansiedades de futuro, angústias, geram expectativas que podem se tornar o “stress”. Um bom exemplo disso, que podemos citar, são as ansiedades sobre o Plano Collor, e até mesmo o sentimento de culpa do que não foi realizado antes do plano, um bom “prato”, que pode levar ao stress. Todas essas tensões, inquietações, nervosismo, podem ser superados e combatidos com relaxamento, e até mesmo ouvir música nos fins de semana, curtir a família e esquecer o trabalho, sem envolver o álcool, que supera apenas alguns momentos de depressão.

E quinto; crises econômicas-criSES administrativas: um mal dos tempos atuais – Como superá-lo com os nossos próprios meios. Nós seres humanos, diz Barbosa, vivemos no meio de uma crise e outra. Esta surge para que possamos sair de uma estagnação, comodismo. Crise é mudança, e nós temos que saber como administrá-la. Como exemplo, citamos o Egito, onde os homens para ocuparem cargos governamentais, passam por uma iniciação”; ou seja, um treinamento para superar as crises. Nós somente poderemos superar as crises, as dificuldades, através de treinamento e absorção de novos conhecimentos.

No Brasil, especialmente no governo, muitos assumem cargos importantes, para decidirem a vida de milhões de brasileiros, sendo que jamais estiveram em situação parecida para saberem qual a melhor saída. Desta forma a melhor solução é sempre procurar as novidades e estar atento a tudo absorvendo tudo que é possível.

RACIONALIZE SEUS INVESTIMENTOS

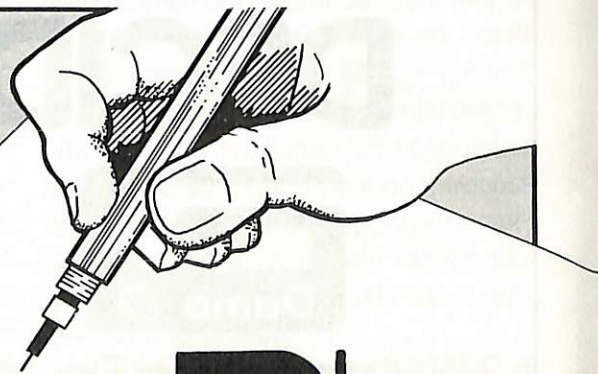
Nós, da D' CÁLCULO, temos uma experiente equipe para apresentar a você o projeto ideal ao seu orçamento e às suas necessidades.

Projetos:

- ESTRUTURAL
- HIDRO-SANITÁRIO E PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO

Procure-nos e vamos colocar suas idéias no papel.

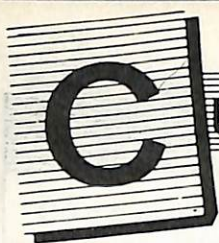
RUA SILVA JARDIM, 149-A - FONE: 24-9342
CEP 87013 - MARINGÁ - PR



D'
CÁLCULO
ENGENHARIA CIVIL LTDA.

N OVOS SÓCIOS

- O BOTICÁRIO
Av. São Paulo, 448 - Q-01
Fone 22-5251
Com. de perfumaria
- ZAMBER REQUINTE
Av. São Paulo, 448 - Loja I-16
Fone 22-4272 (recado)
Com. varejista de artef. de tecidos
- DAYANE CONFECÇÕES
Av. Jinroku Kubota, 288
Fone 28-1156 (recado)
Com. de tecidos, Confec.,
cama, mesa e banho
- NELMAR CABINES
Av. Mauá, 1660 - Fone 22-9675
Duplagem de cabines
- BABILÔNIA
Av. São Paulo, 448 - Loja E-32
Fone 26-2912
Com. de confecções e acessórios
- J. B. S.
Av. Mauá, 448 - Loja I-11
Fone 26-2658
Com. de equipamentos eletrônicos
- DCM
Av. Brasil, 5527 - Fone 24-5439
Artefatos de borrachas, plásticos,
nylon e acessórios industriais
- EDUTONI EMPREENDIMENTOS
IMOBILIÁRIOS
Rua 28 de junho, 1141 - 2º andar
Fone 22-8386
Compra, venda, locação e
administração de imóveis
- COMERCIAL RM
Av. Brasil, 4886 - Fone 24-2684
Com. de carnes, abate e restaurante
- MATINGER
Rua Stévia, 136 - Fone 25-1013
Ind. e com. de móveis
- INTERNORTE MATERIAIS
- DE ACABAMENTO
Rua Mitsuzo Taguchi, 1338
Fone 21-9922 (recado)
Com. de tubos e conexões,
material elétrico e ferragens
- LOJA GARCIA
Av. Brasil, 1599 - Fone 23-2873
Com. varejista de confecções,
calçados e presentes
- BOLSAS E CINTOS
Av. São Paulo, 448 - Loja E-27
Fone 26-2653
Com. de artigos de couro,
bijouterias e cosméticos
- DALCELIS
Av. Mauá, 448 - Loja I-37
Fone 26-2693
Com. de malhas
- COLÉGIO DRUMMOND
Av. Herval, 349 - Fone 22-1093
- TEXTIL DALUTEX
Av. Brasil, 3620 - Fone 26-1984
Ind. e com. de tecidos
- KIT NET
Av. Montreal, 963 - Sarandi
Fone 22-0243 (recado)
Ind. e com. de móveis tubulares
- SONHART
Av. Mauá, 448 - Loja I-42
Fone 23-3919
Com. de enxovais
- CAMEBA
Av. Mauá, 448 - Loja E-12
Fone 23-6655
Com. de confecções e enxovais
- IN PAKTO
Av. Mauá, 448 - Loja I-26
Fone 26-2923
Com. de confecções e acessórios
- ADVOCACIA RUI AURÉLIO
KAUCHE AMARAL
- Av. Brasil, 3593 - 1º andar - sala 2
Fone 22-1852
- BAMBINA BELA
Av. Riachuelo, 682 - Fone 26-1727
Com. de calçados
- RAJES PORCELANAS
Av. Herval, 256 - Fone 22-5951
Com. de bijouterias, artigos
p/porcelanas, presentes
- PANTANAL MODAS
Av. Brasil, 2910 - Fone 22-7508
Com. de confecções, bijouterias
e armarinhos
- ASSOC. DOS EMPRESÁRIOS
GRÁFICOS DE MARINGÁ
Rua Joubert de Carvalho, 623
1º andar - sala 101 - Fone 23-4521
- POSTO DOS CICLISTAS
Av Mauá, 3077 - Fone 22-2771
Com. de bicicl., peças e acessórios
- 775 BRASIL
Av. Mauá x Av. São Paulo - loja I-1
Fone 26-2873
Com. varejista de calçados
e confecções
- EDUFORME
Av. Bento Munhoz da R. Neto, 773
Fone 22-0833
Ind. e com. de uniformes
- D'NÁDIA
Rua Joubert de Carvalho, 905-A
Fone 23-5718
Com. e confecções, calçados
e perfumes
- ALFAIATARIA E CAMIS. MIRANDA
Rua dos Ipês, 563 - Fone 24-9556
Fone 24-9556
Com. de confecções e calçados
- MONOLUX
Av. 15 de Novembro, 1229
Fone 24-3662
Construção civil

**CURSOS****senac** serviço nacional
de aprendizagem
comercial

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE MARINGÁ

PROGRAMAÇÃO MENSAL DE CURSOS - JULHO 1990

ÁREA/CURSOS	PERÍODO	HORÁRIO
ADMINISTRAÇÃO E GERÊNCIA		
Novo Enfoque do Mercado de Capitais	09/07 a 20/07	19:30 às 22:30
Matemática Financeira	23/07 a 03/08	19:30 às 22:30
Chefia Eficaz	23/07 a 31/07	19:30 às 22:30
COMUNICAÇÃO		
Telefonista	18/07 a 19/10	19:00 às 22:00
Etiqueta Social e Profissional	23/07 a 27/07	19:00 às 22:00
Português Básico	23/07 a 09/08	19:00 às 22:00
Técnica de Atendimento ao Público	30/07 a 07/08	19:00 às 22:00
ESCRITÓRIO		
Matemática Básica	23/07 a 09/10	19:00 às 22:00
Auxiliar de Escritório/Datilografia	23/07 a 14/08	13:30 às 17:30
Auxiliar de Escritório em Dep. Comercial/Datilografia .	30/07 a 21/12	08:00 às 12:00
Legislação do ICM	30/07 a 07/08	19:30 às 22:30
HIGIENE E BELEZA		
Atualização em Corte, Penteados e Escova	09/07 a 03/08	19:00 às 22:00
Aperfeiçoamento para Cabeleireiros	23/07 a 17/08	19:00 às 22:00
Encontro Regional de Cabeleireiros	23/07 a 25/07	19:30 às 22:30
Manicuro/Depilador	30/07 a 23/11	13:00 às 16:00
Manicuro/Depilador	30/07 a 23/11	16:00 às 19:00
Maquiagem Pessoal	30/07 a 03/08	19:00 às 22:00
HOSPITALIDADE		
Doces Espelhados e Glaceados	16/07 a 20/07	19:00 às 22:00
Etiqueta à Mesa	16/07 a 20/07	19:00 às 22:00
Massas Folhadas	23/07 a 27/07	19:00 às 22:00
INFORMÁTICA		
Operador de Microcomputador	10/07 a 09/08	10:00 às 12:00
d'BASE III PLUS - Modo Direto e Programado	11/07 a 21/08	18:30 às 20:30
Operador de Microcomputador IBM/PC	19/07 a 20/08	08:30 às 10:00
Operador de Microcomputador IBM/PC	19/07 a 20/08	13:30 às 15:30
Operador de Microcomputador IBM/PC	19/07 a 20/08	20:30 às 22:30
MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E SERVENTIA		
Prevenção de Acidentes do Trabalho - CIPA	23/07 a 30/08	19:00 às 22:00
PROPAGANDA		
Desenho Artístico com Técnicas Mistas	24/07 a 23/08	19:30 às 22:30
A Arte de Bem Fotografar	30/07 a 07/08	19:30 às 22:30
Desenhista de Modas	30/07 a 31/10	19:00 às 22:00
VENDA		
Técnica de Venda para Mulheres	16/07 a 20/07	19:00 às 22:00
Intensivo de Vendas	23/07 a 27/07	19:00 às 22:00
Telemarketing - Técnica de Venda por Telefone	30/07 a 03/08	19:00 às 22:00

**ORÇAMENTO EMPRESARIAL
OBJETIVO:**

Proporcionar aos participantes (empresários, administradores, economistas, contadores e até mesmo o chefe de família) condições de aprimorar algum conhecimento na área da contabilidade, quanto à sua aplicação em controles existentes para uma boa administração, que tanto são necessários para conhecermos a eficiência, o potencial e a precaução.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Planejamento e Controle de Resultados
 - Definição
 - Estruturação
 - Princípios fundamentais
- Vendas/Produção/Matéria-Prima
 - Noções
- Despesas
 - Mão-de-obra Direta
 - Custos Indiretos de Fabricação
 - Despesas de Vendas/Administração/Financeira
- Investimentos
 - Noções
- Disponibilidade e Créditos
- Obrigações
- Orçamento de Caixa

ABORDAGEM PRÁTICA:

Após um breve embasamento teórico, serão abordados através de exemplos práticos.

APRESENTADOR:

RICARDO TAKEHIKO ARITA - Graduado em Ciências Contábeis, Professor de Contabilidade da UEM com experiência na área de auditoria, contábil, financeira e tributária. Assessor de empresa privada e sócio-gerente da Audicons - Auditoria e Consultoria S/C Ltda.

LOCAL DA REALIZAÇÃO:

SENAC

CARGA HORÁRIA:

15 Horas

DATA:

26/06 a 17/07/90

HORÁRIO:

19:30 às 22:30 Horas

TAXA DE PARTICIPAÇÃO:

Cr\$ 3.000,00

INFORMAÇÕES, RESERVAS E**INSCRIÇÕES: Fone: 24-5765**



Editores responsáveis:
 Antonio Barison Martins,
 Carlos Roberto Previdelli,
 Hélio Aparecido Domingues e
 Isabella M^{te} P. P. Renzetti

BTN e Caderneta de Poupança

A Medida Provisória nº 189, de 30 de maio de 1990, dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências. Apresentamos abaixo a íntegra da Medida Provisória:

Art. 1º - O valor nominal do Bônus do Tesouro Nacional (BTN) será atualizado, no primeiro dia de cada mês, pelo índice de Reajuste de Valores Fiscais (IRVF), divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com metodologia estabelecida em Portaria do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o valor nominal do BTN, no mês de junho de 1990, será igual ao valor do BTN fiscal do dia 1º de junho de 1990.

Art. 2º - Os depósitos de poupança, em cada período de rendimento, serão atualizados monetariamente pela variação do valor nominal do Bônus do Tesouro Nacional (BTN) e renderão juros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês.

§ 1º - A atualização monetária e os juros serão calculados sobre o menor saldo diário apresentado em cada período de rendimento.

§ 2º - Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se período de rendimento:

a) para os depósitos de pessoas físicas e entidades sem fins lucrativos, o mês corrido a partir da data de aniversário da conta de depósito de poupança;

b) para os demais depósitos, o trimestre corrido a partir da data de aniversário da conta de depósito de poupança.

§ 3º - A data de aniversário da conta de depósito de poupança será o dia do mês de sua abertura, considerando-se a data de aniversário das contas abertas nos dias 29, 30 e 31 como o dia 1º do mês seguinte.

§ 4º - A atualização monetária de que trata este artigo será computada mediante a aplicação da variação do valor nominal do BTN verificada:

a) para os depósitos de pessoas físicas e entidades sem fins lucrativos, no mês imediatamente anterior ao do crédito de rendimentos;

b) para os demais depósitos, no trimestre encerrado no mês imediatamente anterior ao do crédito de rendimentos.

§ 5º - O crédito da atualização monetária e dos juros será efetuado:

a) mensalmente, na data de aniversário da conta, ou no primeiro dia útil seguinte, caso a data de aniversário

seja dia não útil, para os depósitos de pessoas físicas e entidades sem fins lucrativos;

b) trimestralmente, na data de aniversário no último mês do trimestre, ou no primeiro dia útil seguinte, caso a data de aniversário seja dia não útil, para os demais depósitos.

Art. 3º - O disposto no artigo anterior aplica-se ao crédito de rendimentos realizado a partir do mês de junho de 1990, inclusive.

Art. 4º - Ficam isentos do imposto de renda os rendimentos cujos beneficiários sejam pessoas físicas, entidades sem fins lucrativos e pessoas jurídicas não tributadas com base no lucro real:

a) creditados, a partir de 1º de junho de 1990, em contas de depósitos de poupança;

b) produzidos, a partir de 19 de março de 1990, pelos cruzados novos não convertidos em cruzeiros, nos termos dos artigos 5º, 6º e 7º, da Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990.

Parágrafo único. No caso de pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, os rendimentos referidos neste artigo continuarão integrando a base de cálculo do imposto, no encerramento do período de rendimento.

Art. 5º - O Banco Central do Brasil fica autorizado a baixar normas complementares aos dispositivos desta Medida Provisória.

Art. 6º - Esta Medida Provisória entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de maio de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

FERNANDO COLLOR
 Zélia M. Cardoso de Mello

ÍNDICE	
BTN e Caderneta de Poupança	11
IAPAS	12 a 14
A modificação da periodicidade da correção do aluguel nas ações renovatórias e revisionais	15
Descon.....	16 a 19
ICMS.....	19 a 20
Alterado o Código Civil Brasileiro	20
DCTF	20 a 21
Tabela Prática	22

IAPAS

01 - FRETE

Há incidência do IAPAS em 20% de 11,71% do valor do frete, nos serviços prestados por carreteiros.

EXEMPLO:

Valor do frete Cr\$ 150.000,00
 $150.000,00 \times 11,71\% = 17.565,00$
 $17.565,00 \times 3,513 = 61.713,00$
 valor a recolher Cr\$ 3.513,00

02 - AUTÔNOMO

Há incidência de 20% do valor total dos serviços, sendo o carnê de contribuição individual de responsabilidade do autônomo, não sendo devido o reembolso por parte da empresa desde setembro/89.

03 - DOMÉSTICO

A contribuição desta categoria limita-se a três salários mínimos de contribuição.

A sua contribuição efetua-se a alíquota de 8%, e o empregador doméstico contribui com a alíquota de 12% do salário do empregado doméstico totalizando 20% a recolher no carnê de contribuição.

04 - EMPREGADOS

A alíquota de contribuição dos empregados se aplica a tabela respeitando o teto máximo.

Tabela de julho/90

Até - 8.654,26 8%
 de 8.654,27 - 14.423,76 9%
 de 14.423,77 - 28.847,52 10%

05 - EMPREGADOS COM MAIS DE UM EMPREGO

Suponhamos que o emprego trabalhe em três empresas, o critério à aplicação da alíquota corresponde a soma dos salários.

Empresa A salário de Cr\$ 15.000,00

Empresa B salário de Cr\$ 16.000,00

Empresa C salário de Cr\$ 22.000,00

Total de salários Cr\$ 53.000,00

Salário de contribuição utilizando a tabela de junho/90

Empresa A

$28.847,52 \times 22.000,00 =$

53.000,00

salário de contrib. Cr\$ 8.164,39

Empresa B

$28.847,52 \times 16.000,00 =$

53.000,00

salário de contrib. Cr\$ 8.708,68

Empresa C

$28.847,52 \times 22.000,00 =$

53.000,00

salário de contrib. Cr\$ 11.974,45

A alíquota utilizada em cada empresa será de 10% limitada a estes valores acima calculados.

06 - EMPREGADOR

O empregador fica sujeito ao recolhimento individual em carnê

de contribuição segundo as alíquotas de 10 ou 20% (O carnê é de obrigatoriedade do empregador e de responsabilidade da empresa).

07 - EMPRESA

A Contribuição das empresas em geral, entidades ou órgãos a elas equiparadas corresponde a 20% do total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados empregados, avulsos, autônomos e administradores, independente do valor pago ou creditado.

A alíquota de 20% abrange:

- Salário-família
- Salário-maternidade
- Previdência Rural
- Contribuição adicional

08 - SEGURO DE ACIDENTE DE TRABALHO

Este seguro é de 2% sobre o total das remunerações pagas ou creditadas no decorrer do mês, aos segurados empregados ou avulsos, para o financiamento da complementação das prestações por acidentes de trabalho. A empresa cujo o índice de acidentes, seja superior a média do

respectivo setor recolherá a contribuição adicional de 0,9, 1,2 ou 1,8.

Os referidos índices serão apurados em relação ao trimestre anterior e incidirão no total das remunerações pagas ou creditadas no decorrer do mês.

Alíquota	Excesso índice da empresa em Relação ao índice médio do setor
0,9	até 10%
1,2	mais 10% até 20%
1,8	mais de 20%

*** Até o momento o IAPAS não está utilizando este critério sendo para todas as empresas a alíquota de 2% independente do índice de acidente de trabalho.

09 - COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS RURAIS

Relação de Códigos e Produtos

Código Prod. Rurais	Discriminação	Código Prod. Rurais	Discriminação
2011	Produtos Vegetais	2305	Prod. Animais
2020	algodão	2313	aves
2038	amoz	2321	bovinos
2046	cacau	2330	caprinos
2054	café	2348	equinos
	cana-de-açúcar		peixes/crustáceos
2062	chá	2356	suínos
2070	feijão	2496	Outros Produtos Animais
2089	fumo		
2097	laranja		
2100	maio		
2119	sisal		
2127	soja		
2135	trigo		
2143	uva		
	Extração Vegetal ou Florestal		
2208	borracha		
2216	madeira		
2291	Outros Produtos Vegetais		

10 - CÓDIGOS DE RECOLHIMENTOS SUPLEMENTARES

Código	Recolhimento Suplementar	A partir de 1.01.87
	Até 31.12.86	
2500	FPAS - Escadente de SENAI, SESI, SENAC, ou SESC (+ de 10xMVR até limite máximo)	
2518	SENAI - até 10xMVR	SENAI
2526	SESI - até 10xMVR	SESI
2534	SENAC - até 10xMVR	SENAC
2542	SESC - até 10xMVR	SESC
2550	Salário-Educação	Salário-Educação
2569	INCRÁ	INCRÁ
2577	DPC	DPC
2585	Fundo Aeroviário	Fundo Aeroviário
2593	Salário-Família	Salário-Família
2607	Salário-Maternidade	Salário-Maternidade
2615	Auxílio-Natalidade	Auxílio-Natalidade
2623	Erro de Soma	Erro de Soma

11 - RELAÇÃO DOS CÓDIGOS PARA FINS DE RECOLHIMENTOS - FPAS

CÓDIGOS FPAS	DISCRIMINATIVO
507	INDÚSTRIAS (exceto as do art. 2º, "caput", do Decreto-lei nº 1.146/70), TRANSPORTES FERROVIÁRIOS, RODOVIÁRIOS E DE CARRIS URBANOS (inclusive Cabos Aéreos), EMPRESAS METROVIÁRIAS, EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES (exceto Aeronáutica), OFICINAS GRÁFICAS DE EMPRESAS JORNALÍSTICAS, ESCRITÓRIOS E DEPÓSITOS DE EMPRESAS INDUSTRIAIS, EMPRESAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA PESCA E INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL.
515	COMÉRCIO ATACADISTA, COMÉRCIO VAREJISTA, AGENTES AUTÔNOMOS DO COMÉRCIO - COMÉRCIO ARMAZENADOR, TURISMO E HOSPITALIDADE (inclusive salões de barbeiro, institutos de beleza, compra, venda, locação e administração de imóveis, engraxates, empresas de asseio e conservação, sociedades beneficentes e religiosas etc.) - ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (hospitais, clínicas, casas de saúde, laboratórios de pesquisas e análises clínicas, cooperativas de serviços médicos, bancos de sangue, estabelecimentos de duchas, massagens e fisioterapia e empresas de prótese dentária) - COMÉRCIO TRANSPORTADOR - REVENDEDOR, RETALHISTA DE ÓLEO DIESEL, ÓLEO COMBUSTÍVEL E QUEROSENE - EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS - ESCRITÓRIOS, CONSULTÓRIOS OU LABORATÓRIOS DE PROFISSIONAIS LIBERAIS (pessoas jurídicas).
523	SINDICATOS OU ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE EMPREGADOS, TRABALHADORES AVULSOS OU EMPREGADORES, pertencentes à atividade outrora não vinculada ao ex-IAPC - empregadores rurais que possuem empregados filiados à Previdência Social Urbano.
531	INDÚSTRIAS RELACIONADAS ART. 2º, "CAPUT", DO DECRETO-LEI Nº 1.146/70 - INDÚSTRIAS (inclusive cooperativas) DE CANA-DE-AÇÚCAR, DE LATICÍNIOS, DE BENEFICIAMENTO DE CHÁ E DE MATE, DE UVA - DE EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE FIBRAS VEGETAIS E DESCAROÇAMENTO DE ALGODÃO - DE BENEFICIAMENTO DE CAFÉ E DE CEREJAS - DE EXTRAÇÃO DE MADEIRA PARA SERRARIA, DE RESINA, LENHA E CARVÃO VEGETAL - MATADOUROS OU ABATEDOUROS DE ANIMAIS DE QUAISQUER ESPÉCIES E CHARQUEADOS.
540	EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL OU LACUSTRE - AGÊNCIAS DE NAVEGAÇÃO - EMPRESAS DE PESCA - SERVIÇOS PORTUÁRIOS - EMPRESAS DE DRAGAGEM - EMPRESAS DE ADMINISTRAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PORTOS.
558	EMPRESAS AEROVIÁRIAS, INCLUSIVE DE TÁXI-AÉREO - EMPRESAS DE SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS - EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES AERONÁUTICAS - IMPLANTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA E DE SERVIÇOS AUXILIARES - EMPRESAS DE FABRICAÇÃO, REPAROS E MANUTENÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE AERONAVES, SUAS PEÇAS E ACESSÓRIOS - EMPRESAS DE EQUIPAMENTOS AERONÁUTICOS.
566	EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO - EMPRESAS DE PUBLICIDADE - EMPRESAS JORNALÍSTICAS (exceto gráfica - CÓDIGO 507) - EMPRESAS DE DIFUSÃO CULTURAL E ARTÍSTICA - ESTABELECIMENTOS DE CULTURA FÍSICA - ESTABELECIMENTOS HÍPICOS - ESCRITÓRIOS, CONSULTÓRIOS DE PROFISSIONAIS LIBERAIS (pessoas físicas) - SINDICATOS OU ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE EMPREGADOS OU DE EMPREGADORES, PERTENCENTES A ATIVIDADES OUTRORA VINCULADAS AO EX-IAPC.
574	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO.
582	ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO (União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive suas respectivas autarquias) - ORGANISMOS OFICIAIS BRASILEIROS OU INTERNACIONAIS DOS QUAIS O BRASIL SEJA MEMBRO EFETIVO E MANTENHAM NO EXTERIOR, BRASILEIROS CIVIS QUE TRABALHAM PARA A UNIÃO AINDA QUE LÁ DOMICILIADOS E CONTRATADOS, E MISSÕES DIPLOMÁTICAS OU REPARTIÇÕES CONSULARES DE CARREIRA ESTRANGEIRAS E ÓRGÃOS A ELAS SUBORDINADOS NO BRASIL, OU A MEMBROS DESSAS MISSÕES E REPARTIÇÕES OBSERVADAS AS EXCLUSÕES LEGAIS (DL. 2.253/85).
590	CARTÓRIOS OFICIALIZADOS OU NÃO.
604	ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO - regime ex-IPASE.
612	AUTARQUIAS FEDERAIS - antigo regime especial (RCPS - art. 37 - I e II, a).
620	ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO - regime especial (RCPS - art. 37 - II e III, b).
639	ENTIDADES FILANTRÓPICAS (Decreto-lei nº 1.572/77).
647	ENTIDADES DESPORTIVAS (Lei nº 5.939/73) - contribuição sobre remuneração de empregador.
655	EMPRESAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO (Lei nº 6.019/74) - contribuições relativas a trabalhadores temporários.
663	TOMADORES DE SERVIÇOS DE TRABALHADORES AVULSOS - CONTRIBUIÇÕES SOBRE REMUNERAÇÃO DE TRABALHADORES AVULSOS VINCULADOS À INDÚSTRIA.
671	TOMADORES DE SERVIÇOS DE TRABALHADORES AVULSOS - CONTRIBUIÇÕES SOBRE REMUNERAÇÃO DE TRABALHADORES AVULSOS VINCULADOS AO COMÉRCIO.
680	TOMADORES DE SERVIÇOS DE TRABALHADORES AVULSOS - CONTRIBUIÇÕES SOBRE REMUNERAÇÃO DE TRABALHADORES AVULSOS VINCULADOS À DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS.
698	TOMADORES DE SERVIÇOS DE TRABALHADORES AVULSOS - CONTRIBUIÇÕES SOBRE FÉRIAS DE TRABALHADORES AVULSOS VINCULADOS À INDÚSTRIA.
701	TOMADORES DE SERVIÇOS DE TRABALHADORES AVULSOS - CONTRIBUIÇÕES SOBRE FÉRIAS DE TRABALHADORES AVULSOS VINCULADOS AO COMÉRCIO.
710	TOMADORES DE SERVIÇOS DE TRABALHADORES AVULSOS - CONTRIBUIÇÕES SOBRE FÉRIAS DE TRABALHADORES AVULSOS VINCULADOS À DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS.
728	SINDICATOS DE TRABALHADORES AVULSOS - DESCONTOS SOBRE FÉRIAS DE TRABALHADORES AVULSOS.
736	BANCOS COMERCIAIS, BANCOS DE INVESTIMENTO, BANCOS DE DESENVOLVIMENTO, CAIXAS ECONÔMICAS, SOCIEDADES DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, SOCIEDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, SOCIEDADES CORRETORAS, DISTRIBUIDORAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, EMPRESAS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO, COOPERATIVAS DE CRÉDITO, AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO E ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (abertas e fechadas).
744	COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS RURAIS - QUANDO O DARP FOR PREENCHIDO EXCLUSIVAMENTE PARA PRODUTOS RURAIS (Quadro II).
752	Não utilizados.
760	Contribuições sobre a receita bruta a cargo dos CLUBES DE FUTEBOL E ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS EQUIPARADAS - excluída a contribuição do código FPAS = 779.
779	Contribuição sobre a renda bruta de ESPETÁCULOS DESPORTIVOS A CARGO DA ENTIDADE PROMOTORA (federações etc.)
787	JUSTIÇA DO TRABALHO - empresa em geral - contribuições específicas de processos trabalhistas vinculadas a qualquer um dos códigos 507 e 779).
981	ACRÉSCIMOS LEGAIS.
990	EMPRESAS EM GERAL - CONTRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS - CÓDIGO DESTINADO A QUAISQUER CONTRIBUIÇÕES DESACOMPANHADAS DAQUELAS DISCRIMINADAS NO QUADRO III E VINCULADAS A QUALQUER UM DOS CÓDIGOS 507 A 779.

12 - QUADRO DE PERCENTUAIS DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E DE TERCEIROS

CÓD. FPAS	DESC. EMPR. 8,00% 9,00% 10,00%	EMPRESA: PERCENTUAIS %	ACID. TRAB. %	TERCEIROS: Códigos e Percentuais de Contribuição										% TOTAL
				S. EDUC.	INCRA	SENAI	SESI	SENAC	SESC	INCRA ESP.	DPC.	F. AER.		
				001	002	004	008	016	032	064	128	256		
507	VAR.	20,00	2,00	2,50	0,20	1,00	2,50	-	-	-	-	-	5,20	
515	VAR.	20,00	2,00	2,50	0,20	-	-	1,00	1,50	-	-	-	5,20	
523	VAR.	20,00	2,00	2,50	0,20	-	-	-	-	-	-	-	2,70	
531	VAR.	20,00	2,00	2,50	0,20	-	-	-	-	2,50	-	-	5,20	
540	VAR.	20,00	2,00	2,50	0,20	-	-	-	-	-	2,50	-	5,20	
558	VAR.	20,00	2,00	2,50	0,20	-	-	-	-	-	-	2,50	5,20	
566	VAR.	20,00	2,00	2,50	0,20	-	-	-	1,50	-	-	-	4,20	
574	VAR.	20,00	2,00	-	0,20	-	-	-	1,50	-	-	-	1,70	
582	VAR.	20,00	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
590	VAR.	20,00	2,00	2,50	-	-	-	-	-	-	-	-	2,50	
604	6,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
612	7,2	1,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
620	4,8	4,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
639	VAR.	-	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
647	VAR.	-	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
655	VAR.	20,00	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
663	VAR.	20,00	2,00	2,50	0,20	1,00	1,50	-	-	-	-	-	5,20	
671	VAR.	20,00	2,00	2,50	0,20	-	-	1,00	1,50	-	-	-	5,20	
680	VAR.	20,00	2,00	2,50	0,20	-	-	-	-	-	2,50	-	5,20	
698	-	20,00	2,00	2,50	0,20	1,00	1,50	-	-	-	-	-	5,20	
701	-	20,00	2,00	2,50	0,20	-	-	1,00	1,50	-	-	-	5,20	
710	-	20,00	2,00	2,50	0,20	-	-	-	-	-	2,50	-	5,20	
728	VAR.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
736	VAR.	22,50	2,00	2,50	0,20	-	-	-	-	-	-	-	2,70	
744		2,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
752		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
760		5,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
779		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

* Fonte Lei 7.787 de 30/06/89

Coordenação do Sistema de Arrecadação

ATO DECLARATÓRIO Nº 17, DE 20 DE JUNHO DE 1990

O COORDENADOR DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a Portaria Ministerial nº 223, de 27 de dezembro de 1989, resolve:

1. Fica dispensado o pagamento da multa por atraso na entrega da Declaração de Rendimento, quando o valor resultar inferior a 10 (dez) BTN.

2. O disposto no item anterior não implicará restituição de quantias pagas, relativamente a pagamentos efetuados anteriormente à publicação deste ato.

JOÃO GOMES GONÇALVES (Of. nº 225/90)

A modificação da periodicidade da correção do aluguel nas ações Renovatórias e Revisionais.

Quando locador e locatário fazem uma locação, quer seja ela comercial, não residencial ou residencial, o valor do aluguel inicial, livremente contratado corresponde ao preço de mercado. Neste momento, as partes elegem a periodicidade para os aumentos, de acordo com o que a Lei permite.

A Lei do Inquilinato (Lei nº 6649/79) permite que as partes convençionem na locação Comercial e não residencial periodicidade até mensal, mas, para as locações residenciais, esta periodicidade só pode ser no mínimo quadrimestral (Lei nº 7.801 de 11 de Julho de 1.989).

Ocorre, que, o Decreto nº 24.150 de 20 de Abril de 1.934, permite a Revisão do Aluguel, que tem como objetivo, justamente, fixar o valor ao aluguel de mercado, e devolver, assim, o equilíbrio ao contrato. Através desta ação, pode-se rever o aluguel e **também a periodicidade do contrato**, porque somente assim o aluguel poderá ser considerado efetivamente como valor de mercado.

Os princípios de equilíbrio e da boa fé, que servem de sustentáculos à teoria geral dos contratos, não poderiam admitir que, em decorrência de circunstâncias imprevisíveis, supervenientes ao contrato, e que escapam à acuidade do homem de prudência normal, não se pudesse rever, ou até mesmo resolver o contrato impedindo se o enriquecimento sem causa de uma parte, às custas da lesão enorme, causada à outra. A teoria revisionista vem ganhando terreno, em todo mundo.

É evidente que se exige de quem contrata, prudência, estudo e atenção para as perspectivas de mercado. Mas a complexidade da economia moderna oferece modificações que escapam à previsão do homem comum, tornando o contrato ruinoso para uma das partes, e enriquecendo a outra. Hoje existem muitíssimos inquilinos se locupletando ilicitamente à custa do locador, o que é injusto, o que justifica a alteração da periodicidade na correção do aluguel.

Nesta hipótese, os códigos mais modernos, admitem a invocação da regra "rebus sic stantibus" - (Cláusula implícita de rescisão de contrato de longa duração e execução sucessiva. Esta cláusula admite, portanto, a chamada Teoria da Imprevisão), para alterar ou resolver a obrigação excessivamente onerosa, especialmente nos contratos de execução continuada, de prestações periódicas, como é o caso da locação, alcançados, inexoravelmente, pelas alterações econômicas.

O direito é regra de conduta, de composição pacífica de conflitos de interesse, e não pode permanecer estático, ancorado nas tradições e no passado, alheio às modificações políticas e econômicas da sociedade que o cria. É, por este motivo, que, encontramos várias decisões de Tribunais, modificando o valor e a periodicidade do aluguel contratado.

A ciranda estonteante da economia não se coaduna com a tese do imobiliário contratual, sob pena de se

transformar o contrato em instrumento de injustiças e tensões.

A matéria da periodicidade da correção do locativo diz respeito, portanto, ao próprio valor do aluguel, pelo que pode e deve ser enfrentada pelos Juízes, nas renovatórias e revisionais.

Os objetivos da renovatória e da revisional são, primordialmente, o de reequilibrar o contrato, elevando o aluguel a nível de mercado, não vemos em nome de que princípio se poderia impedir a discussão e a solução, nestas ações, da periodicidade da correção, reduzindo-a ou aumentando-a, ao sabor do comportamento do mercado. Os Tribunais, começaram a decidir desta forma. No Rio de Janeiro a 6ª Câmara do Tribunal de Alçada decidiu na Apelação Cível nº 447: "... Na ação renovatória cabe ao Juiz a fixação de um justo aluguel e o encurtamento do prazo de reajuste, outra coisa não traduz que estabelecimento de valor locativo no período reajustado". (Ac. Ap. 447 - 6ª Câmara - TARJ Rel. Juiz Fonseca Costa).

Outra decisão: "Renovatória - Locação comercial. Semestralidade. Nos dias que correm, dada a feição constitutiva da renovatória, que enseja a modificação de cláusula sobre prazo e preço, sem qualquer violentação ao contrato renovado, a fixação do reajuste semestral, ao contrário da anualidade até então adotada, e isto, em razão da atual conjuntura econômica, e a que vigorará pelo decorrer do contrato que, se renova, acrescentando-se a própria natureza comutativa da locação comercial. (Ac. Ap. 83.056 - 1ª Câmara - TARJ - Rel. Perlingeiro Lovisi).

* FONTE: COAD-ADV - Centro de Orientação, Atualização e Desenvolvimento Profissional. Isabella Maria Pinheiro Polonio Rinzetti.

AGORA, COM MODERNÍSSIMO LABORATÓRIO

A SUA FOTO FICA PRONTA EM
APENAS 27 MINUTOS.



Ueta
CINE FOTO SOM

17 LOJAS AO SEU DISPOR

Paranavá - Umuarama
Assis Chateaubriand
Goioerê - Cuiabá (MT)

ÓRGÃOS MINAMI, PIANOS E
INSTRUMENTOS
DE SOPRO



Ueta
INSTRUMENTOS MUSICAIS

REVELAÇÃO A CORES ANTES DO TEMPO

Av. Brasil, 3347 - Tel: (0442) 22-6015

MARINGÁ - PR

Av. Herval, 620 - Tel: (0442) 23-4595

DESCON

O Departamento de Estudos Sócio-Econômicos, órgão recentemente criado pela Associação Comercial e Industrial de Maringá em convênio com a Universidade Estadual de Maringá, tem como objetivos principais:

1. Programar e efetuar o levantamento e processamento de dados estatísticos relativos à evolução da conjuntura econômica regional.
2. Realizar estudos sobre o processo de desenvolvimento econômico regional, assim como, incentivar e estimular a realização destes trabalhos por pesquisadores.
3. Promover amplo debate e divulgação dos temas econômicos, através da realização de conferências, seminários e cursos, bem como a sua divulgação em publicações especializadas.
4. Colaborar com entidades culturais e educacionais, na realização de seus objetivos, mediante intercâmbio de estudos, informações e experiências.
5. Realizar convênios com instituições de ensino e pesquisas da área de ciências econômicas, para melhor consecução de seus objetivos.
6. Atender a consultas de seus associados, pesquisadores e empresas interessadas, fornecendo-lhes informações e dados estatísticos disponíveis.
7. Orientar e assessorar, em matérias econômicas, os órgãos de direção e administração da ACIM.

Até o momento as atividades desenvolvidas pelo DESCON direcionaram-se no sentido de formar um grupo de entidades prestadoras de serviços públicos e privados, responsáveis pelo envio regular de informações através das quais serão desenvolvidas análises conjunturais sobre a economia regional

Algumas informações obtidas foram analisadas e os resultados serão apresentados a seguir.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSUMIDORES E DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

Segundo dados apresentados pela Eletropaulo, na cidade de São Paulo durante os primeiros meses de 1990 houve uma queda de 5,3% no consumo de energia elétrica, em relação a igual período em 1989. Tal redução foi registrada principalmente na área

Industrial com queda de 22,1% no consumo, não sendo compensada pelo crescimento observado na classe Residencial e Comercial com aumento de 6,7% e 10,3% respectivamente.

Este comportamento reflete os efeitos recessivos do Plano Collor, o qual levou a paralização dos setores mais dinâmicos da indústria Paulista, em particular o automobilístico e o de auto peças.

QUADRO Nº I

EVOLUÇÃO DO Nº DE CONSUMIDORES E DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, NOS SETORES: RESIDENCIAL; COMERCIAL E INDUSTRIAL. DE JANEIRO À ABRIL DE 1990, TENDO POR BASE O MESMO PERÍODO DO ANO DE 1989.

Evolução	Nº Consumidores (1)		Consumo (kwh) (2)		Variação Percentual	
	1989	1990	1989	1990	1 (%)	2 (%)
SETORES/MÊS						
Residencial						
Jan	51820	56094	8404914	9722859	8,25	15,68
Fev	52423	56411	8514908	9258447	7,61	8,73
Mar	52713	56613	8216304	9552190	7,40	16,26
Abr	53151	56848	8935094	9782606	6,96	9,49
Acumulado Jan/Abr	210107	225966	34071220	38316102	7,55	12,46
Comercial						
Jan	6287	6948	5503867	6007430	10,51	9,15
Fev	6321	6967	5075023	6011173	10,22	18,45
Mar	6376	7001	5361837	5965167	9,80	11,25
Abr	6422	7030	5562058	5851732	9,47	5,21
Acumulado Jan/Abr	25406	27946	21502785	23855502	10,00	10,94
Industrial						
Jan	1187	1285	7688616	13382147	8,26	74,05
Fev	1180	1278	8090854	12895933	8,31	59,39
Mar	1171	1294	10207410	15743399	10,50	54,24
Abr	1181	1293	16630005	16244484	9,48	(2,44)
Acumulado Jan/Abr	4719	5150	42636885	58265963	9,13	36,66
TOTAL						
Jan	59294	64327	21597397	29112436	8,49	34,80
Fev	59924	64656	21680785	30165553	7,90	29,91
Mar	60260	64908	23785551	31260756	7,71	31,43
Abr	60754	65171	31147157	31878822	7,27	2,35
Acumulado Jan/Abr	240232	259062	98210890	120417567	7,84	23,00

* Fonte: COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Obs.: () Variação negativa.

Em conformidade com os dados apresentados pelo Quadro I, que trata a evolução do número de consumidores e do consumo de energia elétrica de janeiro a abril de 1990, tendo por base igual período no ano de 1989, podemos constatar que, ao contrário do quadro recessivo verificado em São Paulo, o Município de Maringá demonstrou um crescimento significativo tanto do número de consumidores quanto do consumo de energia elétrica nos setores: Residencial (acumulado janeiro/abril de 1990 7,55% e 12,46%) Comercial (acumulado janeiro/abril 10,00% e 10,94%) e Industrial (acumulado janeiro/abril 9,13% e 36,66%).

É importante destacar o crescimento de consumo no setor industrial que em janeiro foi de 74,05%, fevereiro 59,39%, março 54,24%, com exceção de abril em que verificou-se uma queda de 2,44% em relação a abril de 1989. Tal fato se deve a elevada base de comparação, uma vez que: de 10.207.410 kwh em março de 1989 o consumo aumentou para 16.650.005 kwh em abril do mesmo ano, refletindo um crescimento de 63,12%. Em contrapartida o crescimento no consumo de março para abril de 1990 foi significativamente inferior, 3,18%, elevando-se de 15.743.399 kwh para 16.244.484 kwh.

QUADRO Nº II

EVOLUÇÃO DO Nº DE CONSUMIDORES E DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, NOS SETORES: RESIDENCIAL; COMERCIAL E INDUSTRIAL. MÊS A MÊS EM 1990, TENDO POR BASE O MÊS ANTERIOR

Evolução Setares/Mês	Nº de Consumidores	Varição (%)	Consumo (kwh)	Varição (%)
Residencial				
Des (89)	55799	-	9586222	-
Jan	56094	0,53	9722859	1,43
Fev	56411	0,57	9258447	(4,83)
Mar	56613	0,36	9552190	3,17
Abr	56818	0,42	9782606	2,41
Comercial				
Des (89)	6923	-	5873933	-
Jan	6948	0,36	6007430	2,27
Fev	6967	0,27	6011173	0,06
Mar	7001	0,49	5965167	(0,77)
Abr	7030	0,41	5851732	(1,90)
Industrial				
Des (89)	1283	-	11805465	-
Jan	1285	0,16	13382147	13,36
Fev	1278	(0,54)	12895933	(3,63)
Mar	1294	1,25	15743399	22,08
Abr	1293	(0,08)	16244484	3,18
TOTAL				
Des (89)	64005	-	27265620	-
Jan	64327	0,50	29112436	6,77
Fev	64656	0,51	28165553	(3,25)
Mar	64908	0,39	31260756	10,99
Abr	65171	0,41	31878822	1,98

* Fonte: COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Obs.: () Varição negativa.

Analisando-se a evolução do número de consumidores e do consumo de energia elétrica no município, nos três setores destacados, de janeiro à abril de 1990 (Quadro II), percebe-se que:

O número de consumidores nos setores residencial, comercial e industrial permaneceu praticamente constante durante os primeiros meses do ano corrente. Mesmo após a implantação do Plano Brasil Novo observase que não houve uma redução significativa no número de consumidores. Os setores residencial e comercial apresentaram um crescimento, embora muito pequeno, de 0,42% e 0,41% respectivamente. Já o setor industrial teve um queda insignificante de 0,08%, um consumidor a menos em abril relativamente a março.

Em relação a variação do consumo de energia elétrica nos meses de março a abril, o comportamento nos três setores foi o seguinte:

Residencial - Variação positiva com crescimento de 3,17 em março e 2,4% em abril;

Comercial - Variação negativa

com queda no consumo de (0,77%) em março e 1,90% em abril;

Industrial - Variação positiva com crescimento de 22,08% em março e 3,18 em abril.

Com base nos dados apresentados

pelos setores comercial e industrial, comprovamos a hipótese de que o impacto das medidas econômicas do Plano do novo Governo não tiveram a mesma repercussão nestes setores relativamente a outras regiões do país, sobretudo em grandes centros urbanos como São Paulo. Sobre o setor comercial do município recaíram os maiores efeitos, comparados aos outros setores, porém estes efeitos não foram tão fortes a ponto de abalarem profundamente o setor. As reduções no consumo de energia elétrica de apenas 0,77% e 1,90%, demonstraram tal fato.

Observando-se o Quadro III, o qual apresenta uma análise comparativa do comportamento do nível de emprego agregado por grandes setores econômicos no Município de Maringá, no primeiro trimestre de 1990 e 1989, verifica-se que nos quatro principais setores (em virtude de absorverem a maioria da população economicamente ativa do Município) constituídos por: Indústria de Transformação; Construção Civil; Comércio e Serviço, não houve uma drástica redução nas admissões efetuadas por estes setores nos três primeiros meses de 1990 em relação ao mesmo período de 1989. Ao contrario, constatou-se um significativo aumento de 6,74% nas admissões da Indústria de Transformação e de 25,90% no setor de Serviços.

ANÁLISE CONJUNTURAL DA VARIAÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO, AGREGADO POR GRANDES SETORES ECONÔMICOS

QUADRO III

ANÁLISE COMPARATIVA DA VARIAÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO, AGREGADO POR GRANDES SETORES ECONÔMICOS, NO PERÍODO QUE COMPREENDE JANEIRO A MARÇO, ENTRE 1990 E 1989.

Setores Econômicos	Admissões		Varição (%)	Desligamentos		Varição (%)	Varição do Nível de Emprego	
	1990	1989		1990	1989		1990	1989
Extrativa Mineral	05	07	(28,57)	06	19	(68,42)	-01	-12
Ind. de Transformação	1948	1825	6,74	1805	1492	20,98	143	333
Serv. Ind. Util. Pública	02	15	(86,66)	07	14	(50,00)	-05	-01
Construção Civil	1073	1067	0,57	1052	1724	(38,97)	21	-657
Comércio	1878	1885	(0,37)	2192	1819	20,51	-314	66
Serviços	3350	2661	25,90	3180	2336	36,14	170	325
Administração Pública	13	04	225,00	119	303	(60,72)	-106	-299
Agrop. Ext. Vegeal, Caça/Pesca	96	37	159,46	115	40	187,50	-19	-03
Outros	189	163	15,96	116	159	(27,04)	73	04
TOTAL	8554	7664	11,62	8592	7906	8,68	-38	-242

*Fonte: Sistema Nacional de Empregos - Informações Conjunturais de Emprego.

QUADRO IV

ANÁLISE COMPARATIVA DA VARIAÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO, AGREGADO POR GRANDES SETORES ECONÔMICOS, ENTRE FEVEREIRO E MARÇO DE 1990

Setores Econômicos	Admissões		Variação (%)	Desligamentos		Variação (%)	Variação do Nível de Emprego	
	MAR	FEV		MAR	FEV		MAR	FEV
Extrativa Mineral	05	00	100,00	02	00	100,00	03	00
Ind. de Transformação	624	764	(19,63)	541	621	(12,88)	73	143
Serv. Ind. Util. Pública	00	02	(100,00)	02	03	(33,33)	-02	-01
Construção Civil	356	339	5,02	336	402	(16,41)	20	-63
Comércio	650	672	(3,27)	678	819	(17,21)	-28	-147
Serviços	1200	1198	0,17	1138	1078	5,57	62	120
Administração Pública	03	08	(62,50)	17	73	(76,71)	-14	-65
Agrop. Ext. Vegeal, Caça/Pesca	17	55	(69,09)	23	76	(69,73)	-06	-21
Outros	82	72	13,89	41	54	(24,07)	41	18
TOTAL	2927	3110	(5,88)	2778	3126	(11,13)	149	-16

*Fonte: Sistema Nacional de Empregos - Informações Conjunturais de Emprego / Obs.: () Variação negativa.

Quanto aos dois outros setores, Construção Civil e Comércio, a variação observada entre os dois períodos foi insignificante, permanecendo praticamente constante o volume de admissões de janeiro a março de 1990 nos dois setores.

Analisando-se o comportamento do volume de admissões efetuadas no mês de março comparativamente ao mês de fevereiro de 1990 (Quadro IV), a situação é um pouco diferente daquela apresentada pelo Quadro III. As admissões efetuadas pela Indústria de Transformação foram 19,63% inferiores as realizadas no mês de fevereiro, o Comércio também demonstrou, embora em termos mais modestos, uma queda no volume de admissões de 3,27% no mês de março em relação a fevereiro. O setor de Serviços permaneceu estável, 1200 novas admissões em março contra 1198 realizadas em fevereiro, já o setor da Construção Civil teve um crescimento de 5,02% no volume de admissões, passando de 339 em fevereiro para 356 em março de 1990.

No que diz respeito ao volume de desligamento registrados no primeiro trimestre de 1990 relativamente a igual período em 1989 (Quadro III), observa-se que nos setores Indústria de Transformação, Comércio e Serviços houve um crescimento no volume de desligamentos da ordem de 20,98%, 20,51% e 36,14% respectivamente. O setor da Construção Civil teve um comportamento contrário ao verificado naqueles setores, demons-

trando uma redução nos desligamentos efetuados pelo setor de 38,97%.

Comparando-se março a fevereiro de 1990 (Quadro IV) constata-se que, exceto o setor de Serviços, os demais setores obtiveram um quadro satisfatório com queda no volume de desligamentos de: 12,88% no setor da Indústria de Transformação; 16,41% no setor da Construção Civil e 17,21% no setor de Comércio.

Para se obter o saldo de variação do nível de emprego, subtrai-se do total de admissões o total de desligamentos (Variação do Nível de Emprego = Admissões - Desligamentos). Realizando este cálculo para os quatro setores destacados, no período que abrange janeiro a março de 1990, encontram-se os seguintes valores: Indústria de Transformação - 143; Construção Civil - 26; Comércio - (-314); Serviços - 170. Tais números refletem o saldo do fluxo do mercado de trabalho do Município compreendido por aqueles setores.

Os setores Indústria de Transformação, Construção Civil e Serviços apresentaram no acumulado janeiro/março 90 saldos positivos, visto que o volume de admissões foi superior ao de desligamentos, representando um quadro favorável ao mercado de trabalho formado por estes setores. O Comércio, por sua vez, que no primeiro trimestre de 1989 obteve saldo positivo, no mesmo período em 1990 passa a demonstrar uma situação desfavorável, sendo o setor que mais contribui para que o saldo total

no trimestre fosse negativo, da soma entre admissões (+) e desligamentos (-) o resultado foi um saldo negativo da variação do nível de emprego de -314.

O saldo da variação do nível de emprego no mês de março de 1990 para os setores Indústria de transformação, Construção Civil, Comércio e Serviços foi: 73, 20, -28 e 62 respectivamente. Na composição do saldo da variação do nível de emprego nos quatro setores no primeiro trimestre de 1990, os resultados obtidos no mês de março comparados aos de fevereiro e janeiro foram os melhores. Embora obtendo um saldo negativo de -28, o Comércio apresentou uma melhora significativa em relação a janeiro e fevereiro, que tiveram saldos negativos de -139 e -147 respectivamente.

Com base nos dados aqui apresentados, que compreendem apenas o primeiro trimestre do ano corrente, não é possível traçar um diagnóstico preciso do impacto do Plano Econômico do novo Governo sobre o mercado de trabalho do Município de Maringá. Porém, pode-se adiantar que o mês de março de 1990, comparado a janeiro e fevereiro, obteve o melhor desempenho no saldo total da variação do nível de emprego, 149 positivo contra -171 em janeiro e -16 em fevereiro. Nestes termos, somos levados a crer que mesmo no período imediatamente posterior a edição do Plano Econômico (que contem na base de sua política monetária um caráter altamente recessivo, fruto do aperto da liquidez e contenção do consumo), representado pela segunda quinzena de março, não houve em reflexo negativo sobre o nível de emprego do município.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSULTAS AO SISTEMA DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO

De acordo com a variação percentual do número de consultas ao Sistema de Proteção do Crédito (SPC - Quadro nº V), constata-se que no primeiro trimestre de 1990, comparativamente ao mesmo período em 1989, houve uma redução considerá-

QUADRO V

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSULTAS AO SISTEMA DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, DE JANEIRO A MAIO DE 1990. TENDO POR BASE IGUAL PERÍODO EM 1989.

ANO/VARIAÇÃO MESES	1990	1989	VARIAÇÃO (%)
Janeiro	35.872	39.886	(10,06)
Fevereiro	29.725	41.485	(28,34)
Março	32.301	43.034	(24,94)
Abril	51.953	44.112	17,78
Maio	58.047	53.115	9,29
Acumulado Jan/Maio	207.898	221.632	(6,19)

*Fonte: SPC - Associação Comercial e Industrial de Maringá.

vel no número de consultas (destaque para fevereiro com queda de 28,34%) ao SPC.

Tal fato se deve (dentre outros fatores), em um primeiro momento, às elevadas taxas de juro praticadas pelo mercado (tanto local como a nível nacional) em função de um processo inflacionário próximo a uma situação de hiperinflação. Nestes termos, a dificuldade de acesso ao crédito devido a inexistência de prazos de pagamento mais longos, características intrínseca de um sistema inflacionário elevado, fez com que o mercado consumidor de Maringá, sobretudo a classe média que constitui uma grande parcela do mercado de produtos semi-duráveis e duráveis, reduzisse significativamente o seu consumo, dando preferência à aplicações financeiras de curto prazo com altíssimas taxas de retorno.

Em um segundo momento (imediatamente após a implantação do Plano Brasil Novo) a queda no número de consultas, conseqüenciada pela redução do consumo, está diretamente vinculada a nova Política Monetária desenvolvida pelo Governo Fernando Collor de Melo, cujo objetivo central constitui-se no aperto da liquidez. As medidas monetárias tomadas pelo Governo para atingir tal fim, fizeram com que os cruzados novos dos consumidores maringaenses e da região metropolitana, disponíveis em contas correntes, cadernetas de poupança e aplicações financeiras de curto prazo, ficassem bloqueadas no Banco Central por um período de dezoito meses, limitando-se o máximo possível o seu potencial de consumo. Com esse "Confisco monetário" o Governo ten-

cionava conter o processo inflacionário, atenuando os efeitos a ele causados pelas pressões de demanda.

Transcorrido 75 dias da edição do Plano Brasil Novo o quadro anterior modificou-se acentuadamente. O número de consultas ao SPC passou a apresentar um crescimento em abril e maio de 1990, comparados à abril e maio de 1989, de 17,78% e 9,29% respectivamente. Esta variação positiva no número de consultas nos dois primeiros meses posteriores à publicação do Plano Econômico, tem como causas (entre outros) os seguintes fatores: O esforço de venda empreendido pelos empresários que atuam no comércio local e o resgate de parte do potencial de compra dos consumidores, propiciado pelo recebimento dos primeiros salários e ordenados em cruzeiros.

O primeiro fator é devido à necessidade dos proprietários de estabelecimentos comerciais de venderem suas mercadorias para receberem os cruzeiros imprescindíveis à continuidade de suas atividades, uma vez que os cruzados novos que possuíam em bancos comerciais, parcela considerável de seu capital de giro, foram bloqueados pelo Governo e retidos no Banco Central.

Tendo em vista a queda da inflação de dois para um dígito e a promessa do Governo de que a mesma seria mantida neste patamar, o comércio local, tanto varejista como atacadista, passou a esticar mais os prazos de pagamento, ampliando as linhas de crédito até então existentes, oferecendo maiores facilidades aos consumidores nas compras a prazo, com juros consideravelmente meno-

res aos praticados antes do Plano.

Neste sentido, este esforço de venda cometido pelos empresários do comércio maringaense aliado ao recebimento dos salários e ordenados de março e abril, em cruzeiros, e a descrebibilidade atribuída às cadernetas de poupança e aplicações de curto prazo (em virtude do bloqueio realizado pelo Governo), dentre outros fatores, trouxe como reflexo um aquecimento do consumo, fato que pode ser comprovado pelo crescimento no número de consultas ao SPC verificado em abril e maio.

ICMS - VASILHAMES E EMBALAGEM

De acordo com art. 34 do decreto 5012, alterado pelo decreto 6466, fica isento de ICMS até 31.12.90, as saídas de:

- vasilhame, recipientes e embalagens, inclusive sacarias quando não cobrados do destinatário ou não computados no valor das mercadorias que acondicionam e desde que devam retornar ao estabelecimento remetente ou a outro do mesmo titular;
- vasilhame, recipiente e embalagens, inclusive sacarias em retorno ao estabelecimento remetente ou a outro do mesmo titular ou a depósito em seu nome.

ICMS - ESTORNO DO CRÉDITO DO IMPOSTO

Como regra geral da legislação tributária, temos a exigência de estorno, pelos contribuintes do ICMS, do crédito do imposto apropriado no livro fiscal, sempre que a operação ou prestação subsequente for tributada com redução de base de cálculo. Nestes casos, o estorno é feito na mesma proporção da redução aplicável. Essa exigência não se aplica às saídas internas de mercadorias sujeitas à alíquota de 25%, com base de cálculo reduzida em 32%, de forma a uniformizar a tributação em 17%, hipótese em que é dispensado esse estorno proporcional do crédito.

Fundamento legal: Lei 8933, art. 40, inciso II. Convênio ICMS 126.

TABELA IR PARA JULHO

BASE DE CÁLCULO (Cr\$)	ALÍQUOTA (%)	PARCELA A DEDUZIR (Cr\$)
Até 27.477,00	isento	
de 27.477,01 a 91.591,00	10	2.747,70
acima de 91.591,00	25	16.486,35

Dependente: Cr\$ 1.928,00, até o limite de cinco.
 Dedução por aposentados: Cr\$ 23.139,00 para quem já completou 65 anos.

Alterado o Código Civil Brasileiro

O Código Civil Brasileiro foi alterado na parte que trata da herança jacente e da sucessão legítima. As alterações foram introduzidas pela Lei nº 8.049, publicada no DOU de 21/06/90. A seguir, a íntegra da lei: **LEI Nº 8.049, de 20 de Junho de 1990.**

Altera dispositivos da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil Brasileiro, que dispõem sobre a herança jacente e a sucessão legítima.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
 Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os arts. 1.594, 1.603 e 1.619 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil Brasileiro,

passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.594 - A declaração da vacância da herança não prejudicará os herdeiros que legalmente se habilitarem; mas, decorridos 5 (cinco) anos da abertura da sucessão, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao domínio da União, quando situados em território federal.

Art. 1.603 - A sucessão legítima defer-se na ordem seguinte:

V - aos Município, ao Distrito Federal ou à União.

Art. 1.619 - Não sobrevivendo cônju-

ge, nem parente algum sucessível, ou tendo eles renunciado à herança, esta se devolve ao Município ou ao Distrito Federal, se localizada nas respectivas circunscrições, ou à União, quando situada em território federal.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de junho de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

FERNANDO COLLOR
Bernardo Cabral

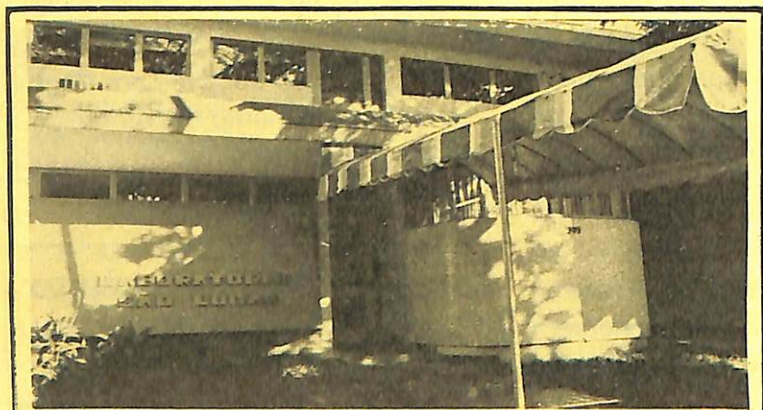
DCTF

A Declaração de Contribuições e Tributos Federais - DCTF deve ser apresentada pelos contribuintes pessoas jurídicas ou a elas equiparadas, na forma da legislação pertinente, que estiverem sujeitas ao pagamento dos tributos e/ou contribuições relacionados a seguir:

- a) Imposto sobre a Renda na Fonte - IRRF;
- b) Complementação Mensal do IRRF recolhida por Pessoa Jurídica;
- c) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;
- d) Programa de Integração Social - PIS;
- e) Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL;
- f) Contribuição e Adicional sobre o Açúcar e o Alcool;
- g) Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP;
- h) Imposto sobre Operações Financeiras - IOF.

Fica dispensado a apresentação da DCTF nos seguintes casos:

- a) DCTF com débito inferior a 100 (cem) BTNf: Os estabelecimentos contribuintes ou responsáveis que tiverem tributos e/ou contribuições federais a informar, em cada mês, com valor total inferior a 100 BTNf Fiscais. Para verificar se está alcançado pela dispensa, o contribuinte deve efetuar o somatório dos tributos e contribuições a serem informados na DCTF relativa aos fatos geradores ocorridos no respectivo mês. Os tributos e contribuições devem ser considerados



CENTRAL:
 AV. PARIGOT DE SOUZA, 391 - FONE: (0442) 24-5344
POSTO AV. LUIZ TEIXEIRA MENDES
 AV. LUIZ TEIXEIRA MENDES, 680 - FONE: (0442) 24-0380
POSTO HOSPITAL SANTA RITA
 RUA LOPES TROVÃO - FONE: (0442) 24-1195
MARINGÁ - PR

VOCÊ PERDEU
 SEU TALÃO
 DE CHEQUES?
**VIDEO
 CHEQUE**
 26-1331

pelos valores convertidos em quantidades de BTNF, de acordo com os critérios previstos na legislação pertinente. Assim, verificando que no campo 06 da DCTF o valor informado é inferior a 100 BTNF, o contribuinte ficará dispensado de sua apresentação.

A entrega das Declarações em atraso, relativas a tributos e contribuições cujos fatos geradores tenham ocorrido antes de julho/89, também estará dispensada quando os valores nela declarados forem inferiores a:

- I) 100 BTN, nos períodos de apuração de fevereiro/89 a junho/89 calculados mediante a divisão do valor total dos tributos e contribuições a serem a que se referir a declaração;
- II) 16,21 OTN, nos períodos de apuração anteriores a fevereiro/89 calculados mediante a divisão do valor total dos tributos e contribuições a serem informados, pelo valor da OTN vigente no mês a que se referir a declaração.

A dispensa comentada neste item somente se aplica às Declarações em atraso, não alcançando as Declarações que visem retificar ou complementar informações prestadas anteriormente.

b) Cartórios, clubes de Investimentos e condomínios em edificações, mesmo que estejam obrigados à inscrição no CGC-MF, estão desobrigados de apresentar a DCTF.

Alerte-se que a dispensa da DCTF não desobriga o recolhimento de tributos e contribuições devidos e nem o cumprimento de outras obrigações acessórias prevista na legislação.

O Ato Declaratório nº 1, DOU 09.03.90, aprovou o modelo de DCTF a ser utilizado em processamento eletrônico de dados.

A DCTF deverá ser entregue em agências bancárias integrante da Rede Arrecadora de Receitas Federais, situada na jurisdição da Delegacia da Receita Federal a que o estabelecimento declarante estiver jurisdicionado, ou na unidade da SRF a que o estabelecimento declarante estiver jurisdicionado, até o último dia útil do mês subsequente ao mês de ocorrência do fato gerador após o prazo aci-

ma, a DCTF só poderá ser entregue na unidade da SRF (Secretaria da Receita Federal) A dctf que retifica as informações já prestadas pelas DCTF entregues anteriormente, deverá ser entregue exclusivamente na unidade da SRF a que o estabelecimento estiver jurisdicionado, até o quarto mês após a entrega da DCTF que está sendo retificada. Após este prazo, somente será admitida a entrega de declaração retificadora se o débito não tiver ainda sido encaminhado para inscrição como Dívida Ativa da União.

Os valores em BTN Fiscais deverão corresponder a somatória daquelas apuradas nos dias estabelecidas para conversão do imposto em BTNF relativamente aos fatos geradores ocorridos no período, mesmo que o contribuinte tenha efetuado o recolhimento antes do dia estabelecido para conversão do imposto em BTN Fiscal.

ICMS - BASE DE CÁLCULO REDUÇÃO

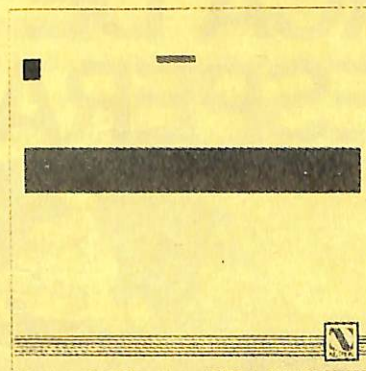
De acordo com a legislação do ICMS, nas operações ou prestações diferidas cujos produtos de serviços estejam beneficiadas com redução na base de cálculo do imposto, é devido o estorno dos créditos das operações anteriores, relativo ao percentual da parcela reduzida.

Fundamento legal: Decreto 5012, art. 29, § 3º. Decreto 6019, art. 1º

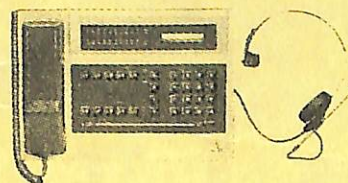
AMORTIZAÇÃO, DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO - Média BTNF - 1990

Mês	Valor
Janeiro	13,4968
Fevereiro	22,8657
Março	37,1538
Abril	41,7340
Maiο	42,1626

VENDE-SE MÁQUINA DE FABRICAR CRUZEIROS.



sti **10000**



Mesa operadora MO-6:
opcional, otimiza a
performance do seu STI.

O STI (PABX) é a central telefônica microcomputadorizada da Nutron. Uma ótima ferramenta para você buscar já os cruzeiros que estão por aí. Entre em contato conosco e aproveite nossos planos superespeciais de pagamento.

Ligue já
0442-23-2627

KS

NUTRON

Sistemas de Telefonia
Inteligente.

COMPRE SEU STI HOJE, EM CONDIÇÕES EXCEPCIONAIS.

TABELA PRÁTICA

NOMENCLATURA MÊS	SALÁRIO MÍNIMO REFERÊNCIA	PISO NAC. DO SALÁRIO/SALÁRIO MÍN.	SALÁRIO FAMÍLIA	I. P. C.		POUPANÇA	M.V.R.	V.R.R 1º SUB-REG. PR	BTN	IGP/FGV NO MÊS	U.P.C.	VRF
				NO MÊS	NOS ÚLTIMOS 12 MESES							
MARÇO/89	36,74	63,90	1,85	6,09	1.113,29	20.4139	17,86	16,61	1,0360	4,23	6,67	8,94
ABRIL/89	36,74	63,90	1,85	7,31	991,53	11,5182	17,86	16,61	1,0991	5,17	11,57	10,71
MAIO/89	46,80	81,40	2,35	9,94	918,88	10,4897	22,74	21,14	1,1794	12,76	11,57	11,88
JUNHO/89	extinto			24,83	964,06	25,4541	22,74	21,14	1,2966	26,76	11,57	13,06
JULHO/89	-	149,80	2,85	28,76	1.004,55	29,4038	28,90	26,87	1,6186	37,88	17,62	16,30
AGOSTO/89	-	192,88	3,67	29,34	1.084,00	29,9867	37,22	34,61	2,0842	36,48	17,62	20,99
SETEMBRO/89	-	249,48	4,75	35,95	1.198,00	36,6297	48,13	44,71	2,6956	38,92	17,62	27,15
OUTUBRO/89	-	381,73	6,46	37,62	1.303,78	38,3081	65,46	60,86	3,6647	39,70	39,89	36,91
NOVEMBRO/89	-	557,33	8,89	41,42	1.464,16	42,1271	90,07	83,74	5,0434	44,27	39,89	50,80
DEZEMBRO/89	-	788,18	12,57	53,55	1.764,87	54,3177	127,36	118,41	7,1324	49,39	39,89	71,84
JANEIRO/90	-	1.283,95	19,30	56,11	1.609,68	56,8905	195,62	181,88	10,9518	71,70	119,21	110,31
FEVEREIRO/90	-	2.004,37	30,13	72,78	2.751,34	73,6439	305,36	283,91	17,0968	71,68	119,21	172,20
MARÇO/90	-	3.674,06	52,06	84,32	4.853,90	85,2416	527,66	490,60	29,5399	81,32	119,21	297,53
ABRIL/90	-	3.674,06	52,06	44,80	6.584,60	0,5000	527,66	490,60	41,7340	11,33	592,67	548,40
MAIO/90	-	3.674,06	52,06	7,87	6.458,74	5,9069	527,66	490,60	41,7340	9,08	592,67	548,40
JUNHO/90	-	3.857,76	54,86	.	.	10,1580	785,69	730,50	43,9793	-	592,67	577,91
JULHO/90	-		.	.	.	-	.	.	48,2057	-	684,58	633,45

* Até a elaboração da tabela prática, os valores não foram divulgados pelos órgãos oficiais.

A SUA MARCA DE CONFIANÇA ESTÁ TE ESPERANDO AQUI.

SOMACO S.A.
Comércio de Automóveis

Pça. José Bonifácio, 121 - Maringá - PR
Fone: (0442) 24-4433 - TELEX 442-260

SUCESSO E NEGÓCIOS À VISTA

Uma comitiva de empresários maringenses e da região, encabeçada pelo prefeito Municipal Ricardo José Magalhães Barros, pelo Presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá, Fernando Henriques e pelo Reitor da Universidade Estadual de Maringá, Fernando Ponte de Souza, visitou a cidade-irmã de Kakogawa no Japão, no período de 06 a 21 de junho.

O objetivo da visita, foi de participar das festividades de 40 anos de emancipação política de Kakogawa, assinar o Convênio de Cooperação Técnica entre a Câmara do Comércio e Indústria de Kakogawa e Associação Comercial e Industrial de Maringá, e o Convênio de Amizade entre a Universidade Estadual de Maringá e a Faculdade Feminina de Hyogo. Os empresários maringenses tiveram também a oportunidade de realizar várias visitas a empresas da cidade de Kakogawa e região, para conhecimento das técnicas utilizadas nestas empresas, bem como a possibilidade de formação de "joint-ventures" entre empresas maringenses e da cidade irmã Kakogawa.

Coroadada de pleno êxito a visita teve uma extensa programação, detalhadamente organizada, pelo povo nipônico, o que muito impressionou a comitiva oficial. Cada detalhe estava previamente organizado de modo a facilitar a estada dos maringenses na cidade de Kakogawa.

O ROTEIRO DA VIAGEM.

Após o visto de entrada no país, a comitiva foi transportada em ônibus para o Hotel New Otani em Tokyo.

Dia 09/06, Sábado: Na parte da manhã, dez integrantes da comitiva, incluídos o Reitor da Universidade Estadual de Maringá, Fernando Ponte de Souza, o Prefeito Municipal, Ricardo Barros e o Presidente da ACIM, Fernando Henriques, fizeram uma visita à Universidade de Syukutoku, em Tokyo, onde importantes contatos foram mantidos, visando o intercâmbio



As boas vindas na entrada da câmara do comércio e indústria de Kakogawa

com a UEM. Tratou-se apenas de um primeiro contato que poderá render excelentes frutos para a UEM, com vistas ao desenvolvimento de um intercâmbio mais estreito entre as duas Universidades.

Dia 13/06 - Quarta-feira: Às 8:30 horas a comitiva partiu rumo à cidade de Kyoto, antiga capital do Japão, cidade bem tradicional ao estilo oriental, onde puderam visitar vários locais extremamente interessantes sob o ponto de vista turístico.

Às 17:20 horas chegaram ao Hotel Kakogawa Plaza, de propriedade da Câmara do Comércio e Indústria de Kakogawa, sendo alojados em quartos individuais extremamente confortáveis e funcionais.

Dia 14/06 - Quinta-feira: Os trabalhos referentes a este dia, tiveram início às 9:00 horas, com uma reunião das senhoras integrantes da International Soroptimist Kakogawa, entidade dedicada à filantropia em diversos países do mundo, estando já instalada no Brasil, em algumas cidades. Da reunião, participaram cinco senhoras da entidade encabeçada pela Presidente Junko Kuwai, e da parte dos maringenses, Shiniti Ueta, Fernando Henriques, Laércio Nora Ribeiro, Val-

decir de Britto e Carlos Roberto Previdelli. Foi inicialmente entregue por Fernando Henriques, às senhoras, um convite do Conselho da Mulher Empresária de Maringá para que as mesmas participem da IV FEIMAR a realizar-se em setembro em Maringá, bem como conhecer os serviços da International Soroptimist.

As 10:00 horas deste dia, toda a comitiva se dirigiu à Prefeitura do Município de Kakogawa, onde foi recepcionada pelo Prefeito Municipal Seiiti Kinoshita e todas as demais autoridades do município.

Nesta solenidade o Prefeito de Kakogawa deu as boas-vindas a todos os integrantes da comitiva maringense, em nome dos 240.000 habitantes da cidade, dizendo da satisfação em tê-los presentes em Kakogawa para os festejos de aniversário de 40 anos de emancipação política do município, destacando ainda o Convênio de Cooperação Técnica a ser assinado entre as duas associações comerciais, e que a partir deste evento a irmandade passará a ser não apenas cultural mas também, e principalmente econômica, já que este sempre foi o principal objetivo desta irmandade.

Às 11:30 horas, uma parte da comitiva liderada pelo Prefeito Ricardo Barros dirigiu-se em ônibus especial até a cidade de Kobe, capital da Província de Hyogo, para uma audiência com o Vice-Governador da Província.

Em Kobe visitaram o Porto, um dos maiores do Japão, onde foi construída uma ilha artificial sobre a qual existem centenas de prédios residenciais e comerciais, demonstrando a ocupação de espaços que está sendo feita pelo povo japonês, em virtude da carência de espaço existente para abrigar uma população de 120 milhões de habitantes, vivendo em espaço territorial um pouco maior que o Estado de São Paulo.

Às 14:45 horas foram recebidos pelo Secretário de Habitação da Província de Hyogo que fez uma ampla explanação sobre a cidade de Wa-

shington, que está sendo construída em Kobe. Trata-se de um projeto arrojado onde serão construídas casas ao estilo americano, com madeira vinda dos Estados Unidos, integrada a uma cidade tipicamente japonesa numa atitude de integração entre os dois povos.

Esta cidade terá toda a infra-estrutura necessária, que inclusive já está totalmente pronta, faltando apenas a construção das casas que deverá ser iniciada de imediato.

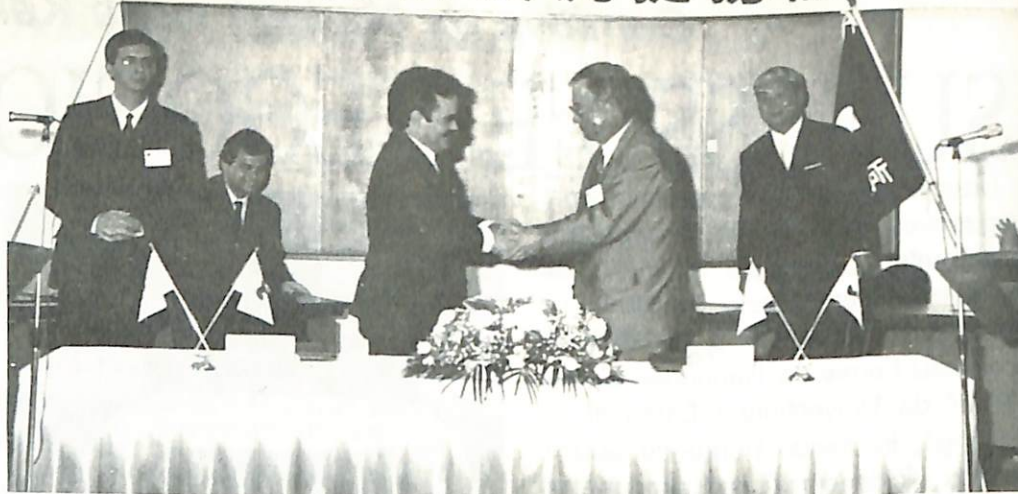
Na mesma audiência, o Prefeito Municipal de Maringá, Ricardo Barros, mostrou ao Secretário de Habitação da Província de Hyogo o projeto de construção da cidade japonesa em Maringá, apresentando prospectos detalhados sobre o projeto o que muito entusiasmou o Secretário de Habitação e Urbanismo de Hyogo. O Prefeito entregou também um vídeo sobre a Potencialidade de investimentos em Maringá, em Japonês produzido pela Simonsen Associados e DPZ Propaganda, empresas contratadas pelas Prefeitura de Maringá para este trabalho específico.

Às 15:30 o Vice-Governador da Província de Hyogo compareceu à Audiência com a comitiva de Maringá, tendo sido uma conversa altamente produtiva, pois se estabeleceu um franco diálogo de ambas as partes.

O Prefeito Municipal de Maringá, foi na oportunidade, condecorado com a Comenda da Província de Hyogo representando a chave da cidade, comenda esta destinada a personalidades ilustres e chefes de Estado.

Aproveitando a oportunidade, o Prefeito Ricardo Barros, disse ao vice-governador que espera contar com o apoio científico, tecnológico e econômico da Província de Hyogo para a execução do projeto da cidade japonesa em Maringá, havendo o vivo interesse neste aspecto por parte daquela autoridade.

Também o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Paranaíba, Antonio Teruo Kato, informou ao Vice-Governador que se encontra em fase de conversações a possibilidade de irmandade entre as cidades de Paranaíba e Toyooka no Japão, havendo a participação do Deputado Federal Antonio Ueno, nestas conversações.



Cumprimentos após assinatura do Convênio

Providenciou-se uma reunião com representantes da cidade Toyooka e o Presidente da ACIP para agilizar o processo de irmandade entre as duas cidades.

Às 18:30 horas toda a comitiva maringense foi recebida em jantar de boas-vindas oferecido pela Associação Kakogawa Maringá, tendo havido a apresentação individual de cada um dos membros da comitiva de Maringá. Cada detalhe foi preparado com esmero e dedicação por elementos da Prefeitura de Kakogawa, Associação das Cidades Irmãs e Câmara do Comércio e Indústria de Kakogawa.

Fato interessante a ser destacado é que todas as solenidades têm horário para início e término, e estes horários são rigorosamente cumpridos. Assim, os jantares, sempre solenes, tinham início, impreterivelmente às 18:30 horas, findando-se às 20:30 horas. Havia sempre preocupação de estarem os lugares de cada membro da comitiva previamente determinados, a fim de possibilitar a integração entre os visitantes e empresários locais.

Em nome da comitiva visitante falou o Prefeito Ricardo Barros, dizendo da satisfação de estar ali presente fazendo o mesmo roteiro de seu pai Silvio Barros que há dezessete anos atrás tivera a feliz oportunidade de assinar o convênio de irmandade entre Maringá e Kakogawa.

Falou também o prefeito de Kakogawa, Seiiti Kinoshita, agradecendo a presença dos visitantes e destacando a importância da irmandade entre Maringá e Kakogawa.

Dia 15/06 - Sexta-feira: Às 10:00 horas da manhã toda a comitiva já es-

tava presente no anfiteatro da Prefeitura de Kakogawa, um imenso espaço que comporta mais de 1.000 pessoas, completamente tomado pelos convidados para as solenidades alusivas ao aniversário de 40 anos de emancipação política de Kakogawa.

Deve aqui ser destacado, que, apesar de se tratar do aniversário da cidade, o comércio e indústria locais funcionaram normalmente, não parando para comemorar o aniversário, comparecendo apenas os convidados para as solenidades que são realizadas em espaço fechado.

A comemoração foi grandiosa e belíssima. O Coral da cidade de Kakogawa cantou inicialmente o hino Nacional Japonês e em seguida o hino de Kakogawa. O carinho por Maringá é tamanho que as cores adotadas pelo Coral de Kakogawa são o vermelho, o branco e o amarelo, ou seja, as cores de Maringá.

O espetáculo proporcionado foi intenso, com uma profusão de luzes e raio laser nas cores da cidade de Kakogawa - verde e azul - que encantou a todos os presentes.

Usaram da palavra o Prefeito da cidade de Kakogawa, o Presidente da Câmara Municipal, um Deputado Estadual pela região e um prefeito representando as cidades da região. Foram homenageados diversos cidadãos de Kakogawa com o título de cidadão benemérito pelos serviços prestados à comunidade. Estavam relacionados para serem homenageados também o Deputado Federal Antonio Ueno, o ex-Vice-Prefeito de Maringá Noboru Yamamoto e o ex-Presidente da ACEMA Takaji Suzuki, que não pude-

ram estar presentes ao evento, mas mesmo assim constaram da programação dos festejos da cidade.

O Prefeito de Maringá, Ricardo Barros falou nesta oportunidade a todos os presentes, sendo que, ao momento em que discursava, imagens de Maringá eram projetadas na tela ao fundo do palco e o seu discurso já aparecia traduzido em japonês a todos os presentes, num dos momentos mais marcantes da solenidade.

Após uso da palavra pelas autoridades nominadas, houve uma apresentação de danças típicas japonesas, num bonito espetáculo proporcionado aos presentes.

Às 10:30 horas encerrou-se a solenidade de comemoração ao aniversário de Kakogawa, tendo a comitiva almoçado no Hotel Azalea, para a continuidade da programação às 13:00 horas.

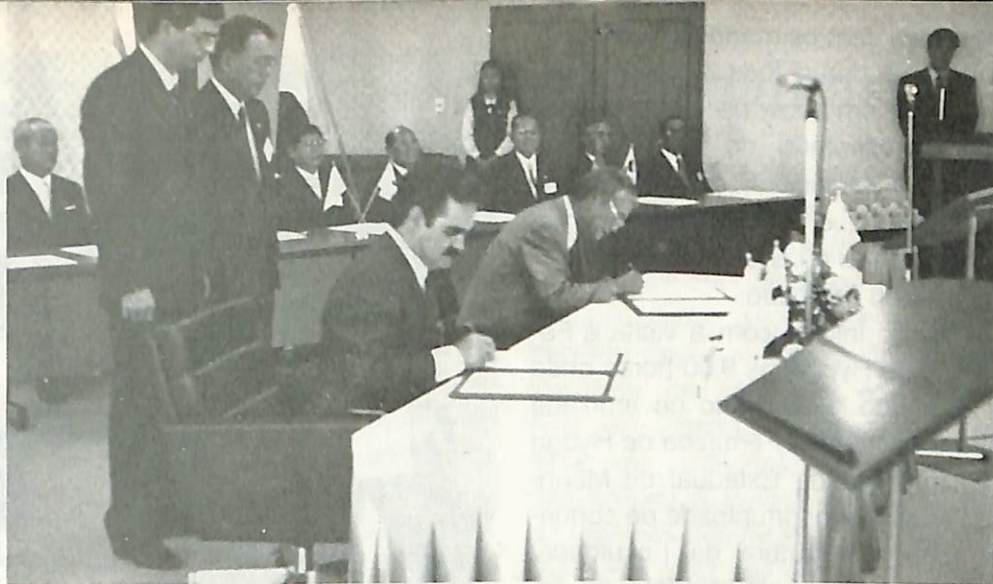
ASSINATURA DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE CÂMARA DO COMÉRCIO E IND. DE KAKOGAWA E ASSOC. COML. E IND. DE MGÁ.

Às 13:00 horas do dia 15, nas dependências da Câmara do Comércio e Indústria de Kakogawa, aconteceu o evento mais importante da visita da Comitiva Maringaense àquela cidade, ou seja, a assinatura do Convênio de Cooperação Técnica entre as duas associações comerciais e industriais.

A solenidade, cuidadosamente preparada, teve a sua importância marcada pela presença de cinco redes de televisão, sendo quatro nacionais e uma local.

Os convidados para o evento ocupavam o salão de reuniões da Câmara do Comércio e Indústria de Kakogawa, sendo que a comitiva maringaense ocupava um dos lados do salão, com os lugares já previamente determinados, sendo que sobre a mesa já se encontrava para cada um dos membros da comitiva uma pasta contendo uma cópia do Convênio a ser assinado, o discurso do Presidente Matsuo Takigawa já em português e o discurso de Fernando Henriques já em Japonês.

Às 13:00 horas os dois Presidentes, Matsuo Takigawa e Fernando Henriques adentraram o recinto ladeados pelos secretários Taneo Kakimoto e Carlos Roberto Previdelli.



Assinatura do convênio, durante a solenidade, assessorados pelos secretários

Ocupados os lugares de destaque pelos Presidentes, deu-se a abertura do evento por um dos vice-Presidentes da Câmara do Comércio e Indústria de Kakogawa, servindo de intérprete oficial o vereador maringaense Dirceu Sato.

Foram então executados os hinos nacionais Japonês e Brasileiro. Usou em seguida da palavra o Presidente Matsuo Takigawa lembrando que o convênio de Irmandade entre as duas cidades foi assinado em 2 de julho de 1973, e que geralmente estes convênios de irmandade costumam ficar apenas no intercâmbio de simples amizade, ao passo que entre Maringá e Kakogawa foram mais longe, graças ao cavalheirismo e honestidade de ambos os lados, pode-se colher os frutos que é a assinatura do convênio de cooperação técnica. Destacou ainda que um dos frutos é a indústria de meias finas que já começa a ser implantada em Maringá. Disse ainda o Presidente Takigawa que "é de grande significância a assinatura do convênio entre as duas associações comerciais, que representam o interesse de seus empresários".

Finalizou o seu discurso dizendo: "Tenho a convicção de que é de suma importância aprofundarmos a nossa relação de cooperação e amizade, abrangendo as mais diversas áreas, onde cada um cumprindo com a sua parte, e a exemplo da indústria de meias, materializarmos uma por uma as nossas vontades".

Em seguida usou da palavra o Presidente Fernando Henriques, inicialmente agradecendo a colhida propiciada pelos irmãos de Kakogawa, re-

lembrando a história do convênio de irmandade assinado há dezessete anos pelo prefeito Silvio Barros de Maringá e Sadao Inaoka de Kakogawa. Destacou o trabalho dos empresários Shiniti Ueta e Carlos Ajita que deram novos rumos ao convênio de irmandade. Afirmou Fernando Henriques: "Precisamos contar com o apoio tecnológico, científico e cultural de nossos irmãos de Kakogawa, certos de que Maringá e seus empresários tudo farão para cumprir fielmente os acordos e compromissos assumidos através do Termo de Cooperação Técnica que hoje assinamos".

Após os discursos, o Termo de Cooperação Técnica foi lido aos presentes em japonês e português e assinado pelos Presidentes. Após a assinatura foi o mesmo mostrado aos presentes, havendo em seguida a troca de canetas e a troca de presentes entre os presidentes. Destaque-se que o documento é uma peça de arte em couro, gravada em ouro, de rara beleza e extrema significação. Após a assinatura foi apresentado aos presentes o vídeo sobre Maringá e suas potencialidades em japonês, despertando a atenção dos empresários japoneses presentes ao evento.

Finda a cerimônia, um grupo de empresários partiu para duas visitas técnicas às empresas de Kakogawa.

Foram visitadas as empresas Kaki-gawa que produz máquinas industriais e equipamentos pesados e a Adubos Taki, fabricante de adubo orgânico. Fato a ser destacado é que em ambas as empresas estava hasteado nos mastros das empresas o pavilhão brasileiro, numa demonstração de ca-

rinho para com os maringenses.

Às 18:30 horas, toda a comitiva participou de um show de danças folclóricas apresentado no anfiteatro da Prefeitura Municipal, num belíssimo espetáculo que fez parte das comemorações dos 40 anos de Kakogawa.

Dia 16/06 - Sábado:

O dia se iniciou com a visita à Faculdade de Hyogo, às 9:00 horas onde foi assinado o convênio de amizade entre a Faculdade Feminina de Hyogo e a Universidade Estadual de Maringá. Tiveram a oportunidade de conhecer toda a estrutura da Faculdade, avançadíssima e propiciadora de conhecimentos técnicos e científicos às alunas daquela instituição de ensino.

Numa bela solenidade e bem organizada, foi assinado o convênio de amizade entre as duas instituições de ensino, que possibilitará o intercâmbio de professores e alunos entre ambas, reforçando a amizade entre as duas cidades. Usaram da palavra na solenidade, o reitor da Faculdades Feminina de Hyogo, Takeshi Kohno e o reitor da UEM, Fernando Ponte de Souza, destacando a importância daquele ato e demonstrando a todos os presentes que doravante as duas instituições de ensino muito terão em comum para troca de informações.

O almoço foi servido na própria Faculdade a todos os presentes para a assinatura do Convênio, entre eles os prefeitos de Maringá e Kakogawa. Terminada a visita oficial à Faculdade Feminina de Hyogo, a comitiva maringense foi dividida em três grupos para visitas técnicas a vários setores da cidade de Kakogawa. O Grupo Econômico visitou a Indústria de Toalhas Inaoka e a Indústria de Meias Hyogo Gunze. O Grupo de Construção Civil visitou a Construtora e Imobiliária Sowa, visitando as obras, e o setor de marcenaria da empresa, enquanto o grupo de Educação e Cultura visitou o Colégio Agrícola, centro cultural, Saúde, e Esportes.

Dia 17/06 - Domingo:

A comitiva se dirigiu de ônibus até a Província de Missima, distante 250 km de Kakogawa, para conhecer o conjunto de pontes Seto Ohashi, constituído de sete pontes num total de 13 km, ligando o continente a uma ilha.

CERIMÔNIA DA ASSINATURA DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
リンガ商工会議所 経済交流提携調印式
古川商工会議所



Apresentação do documento assinado pelos presidentes aos convidados presentes à cerimônia

Às 17:30 horas a comitiva retornou a Kakogawa, sendo que às 18:30 horas aconteceu um jantar em homenagem ao Sr. Sadao Inaoka, que completava naquele dia 88 anos de idade, com muita saúde e disposição. Como este jantar não estava previsto e foi uma surpresa para o Sr. Sadao Inaoka, a comitiva ainda participou de outro jantar oferecido pelos empresários que visitaram Maringá, sendo este realizado nas dependências de um clube social dotado de piscinas naturais de águas quentes, saunas, jogos e outras diversões.

Dia 18/06 - Segunda-feira: A partir das 10:00 horas da manhã a comitiva foi dividida em três grupos diferentes, para uma série de visitas na cidade de Kakogawa. O grupo político liderado pelo Prefeito Ricardo Barros empreendeu uma série de visitas a órgãos públicos da cidade de Kakogawa, tendo conhecido o funcionamento da prefeitura do município, o setor de limpeza pública municipal, o setor de reciclagem do lixo público, bem como o centro comunitário de Kakogawa, conhecendo o funcionamento dos órgãos públicos do município e participando de uma série de atividades programadas pela Prefeitura de Kakogawa.

O Grupo Econômico, liderado pelo Presidente da ACIM, Fernando Henriques, empreendeu visitas às empresas Kobe Still, Automação Okura, Ha-

rima Chemical, Supermercados Niiti e Eletrônica Nihata. Estas visitas possibilitaram o conhecimento da tecnologia empregada pelos japoneses em vários setores. Na Kobe Still, uma Siderúrgica instalada em uma área de 5.700.000 m² toda aterrada no mar, com uma extensão de 3 km, por 2 km de largura, puderam ver a perfeita interação entre o desenvolvimento tecnológico e a natureza. Existem dentro da empresa, 50.000 árvores especialmente plantadas, de diversas espécies, inclusive o eucalipto vindo do Brasil. Uma mata ciliar de 50 metros de largura por três km de comprimento, além de um canal de água de 50 metros de largura, que separam a siderúrgica da cidade, evitando dessa forma, que qualquer tipo de poluição chegue até a cidade. A empresa mantém em Kakogawa 8.000 funcionários, e produz aços planos para a indústria automobilística e de eletrodomésticos. A destacar-se também, que todo o minério de ferro utilizado na produção pela empresa é importado do Brasil, da Índia e da Austrália. Este minério de ferro, que é depositado a céu aberto, é aspergido diariamente com água a fim de evitar que o vento carregue para a cidade a poluição. É comum encontrar dentro da área da empresa, pássaros e aves convivendo com a siderúrgica.

Na Harima Chemical, empresa que tem filiais em Ponta Grossa, puderam ver o processo de fabricação do breu

RELATÓRIO DA ACIM: MÊS DE JUNHO

Telex	
Interno:	
Receb.	69
Exped.	78
Associados:	
Receb.	106
Exped.	187
Atendimento aos Associados:	
Departamento Trabalhista ..	613
Departamento Jurídico	97
Departamento Contábil	278

RELATÓRIO DO SPC REFERENTE JUNHO/90

Consultas SPC	38.675
Consultas Cheque	7.015
Total de Consultas	45.690
Respostas de Registro	1.764
Registrados	1.394
Cancelados	868

CONTRATOS

O presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá, Fernando Henriques esteve presente no dia 26 de junho na prefeitura municipal, participando da reunião de assinatura de Contrato sobre Transferência do Pátio de Inflamáveis.

NOVA DIRETORIA

No dia 27, juntamente com o diretor adjunto, Massao Tsukada, participou da Solenidade Posse da nova Diretoria e Conselhos. O novo presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina será João Ibrahim Jabur e para presidente do Conselho da Mulher, Pedrina Nobre Marques.

CENTENÁRIO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ

A Associação Comercial do Paraná-ACP, está completando 100 anos de fundação. O jornal Folha do Comércio preparou para o dia 1º de julho uma edição especial, um trabalho

elaborado por uma equipe profissionais, com o objetivo de mostrar ao público em geral, e especialmente ao comércio, indústria, prestadores de serviços e demais setores, o que foi o passado da ACP, e o que ainda se poderá fazer aos empresários, alvo principal da Associação Comercial.

Outra homenagem ao centenário da ACP, foi a sessão solene aos fundadores e ex-dirigentes, realizada no dia (2) dois de julho. No mesmo dia, ao Auditório de Entidade, houve uma palestra do Historiador Túlio Vargas, que descerrou a Placa comemorativa.

SEMINÁRIO PARA EXECUTIVOS

Fernando Vieira Raimundo, primeiro tesoureiro da ACIM, participou nos dias 26 e 27 de junho, do seminário para executivos, realizado no Hotel Crystal, em Londrina. O objetivo do evento, segundo dados da IBM, é atualizar a comunidade de informática e os dirigentes das empresas do Norte do Paraná, e mostrar as soluções e o suporte que a empresa (IBM) pode oferecer para as mais diversas empresas.

As pautas dos dois dias foram: Informática como ferramenta de competitividade; crenças e conceitos na seleção de computadores; estado da arte em Hardware; ferramentas de planejamento; uma história de sucesso (transparaná); estado de arte e tendência de SFTWARE (Banco de dados relaciona, linguagem 4º geração, sistema de apoio a decisão e automação de escritório); demonstrações SQL, CSP, PROFS; ligação micro Mainframe; suporte IBM (centro de apoio ao cliente, sup. análise sistemas); departamento técnico IBM.

VI FESTA NACIONAL DO VINHO

O 1º vice-presidente da Acim-Associação Comercial e Industrial de Maringá, Paulo Sérgio Magalhães Silva, esteve prestigiando a VI Festa Nacional do Vinho-Fenavinho, Hotel Deville, Turismar, Thermas Tur e Pool de Agências do Norte do Paraná.

O evento aconteceu no dia 22 de junho, às 11 horas, no Hotel Deville, com um coquetel de Vinhos e Queijos, paralelo ao Lançamento Oficial da Fenavinho - edição 90. Como

atração os organizadores contaram com a presença da Imperatriz VI do Vinho e Damas de Honra e grupo folclórico italiano da Região dos Vinhedos-RS.

PASSAGEM DE COMANDO

No mesmo dia às 16 horas, no 4º Batalhão Polícia Militar, Paulo Sérgio ACIM, participou da solenidade da passagem de Comando do Ten. Cel. QOPM Joaquim Apparício Paes, Comandante do 4º Batalhão Polícia Militar ao Ten. Cel. QOPM Antonio Tadeu Rodrigues, seguido de um coquetel a todos os presentes.

1º ENCONTRO DE LEGISLATIVOS MUNICIPAIS

Realizado no dia 23 de junho, com início às 8:30 horas, no Auditório do IBC, o 1º Encontro de Legislativos Municipais; contou com a presença do representante da ACIM-Associação Comercial e Industrial de Maringá, Paulo Sérgio Magalhães Silva.

O programa de abertura contou com a presença do vereador Jamil Josepetti, presidente da Câmara Municipal de Maringá, o conselheiro João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Após a abertura, foi proferida uma pequena exposição sobre a Função Fiscalizadora da Câmara Municipal, dividido em vários itens: - Elementos de Fiscalização do Executivo; A questão do Orçamento Anual. Elaboração e Fiscalização da Câmara Municipal; A Lei das Diretrizes Orçamentárias. O papel do Legislativo; O Plano Plurianual de Investimentos e a Contabilidade da Câmara Municipal. O assunto ficou a cargo de Duílio Luiz Bento, diretor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

No período da tarde, Homero Gomes Faria, da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, falou sobre O Processo Legislativo, com cinco itens importantes: - A Câmara Municipal e o Processo Legislativo; As Comissões do Legislativo; O processo Decisório: Leis, Decretos Legislativos e Resoluções; Competência do Legislativo; e Quórum do Legislativo, encerrada a exposição, o evento foi aberto à debates.

A segurança de Maringá

No último dia 9 de julho, segunda-feira, esteve reunido na sede da Associação Comercial e Industrial de Maringá, juntamente com toda sua diretoria, o Ten. Cel. Comandante do 4º BPM, Antonio Tadeu Rodrigues, onde falou sobre a Segurança de Maringá, aproveitou a oportunidade para expor as novas reivindicações de melhorias junto aos órgãos Estaduais, contando com o apoio da ACIM.

No dia 17 de julho, terça-feira, a ACIM promoveu um Almoço Empresarial, no Centro Português. O Ten. Cel. Antonio Tadeu Rodrigues foi convidado a ministrar uma palestra sobre Segurança de Maringá, direcionada principalmente a empresários e associados.

Afastamento

Através de uma carta-ofício, enviada ao presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá, datada em 03/07/90, Massao Tsukada, diretor adjunto da ACIM, solicitou uma licença por período indeterminado, motivo de tratar de sua campanha à Assembléia Legislativa.

A Informática no futuro

INFORMÁTICA: É a ciência do tratamento racional da informação para fins de conhecimento e comunicações.

O ano 2000 se aproxima, e os sábios dizem ser este o século do futuro. Informática é o futuro, assim sendo o pequeno e médio empresário começa estudos para informatizar sua empresa. Começa aí o grande labirinto: O que comprar? Como comprar? De quem comprar?

Existem no mercado várias marcas e modelos de microcomputadores, supermicros, mini-computadores, que o pequeno e médio empresário pode optar. Mas como optar?

Recomenda-se ao empresário que faça uma pesquisa com colegas que já possuem computadores em suas empresas, observando a marca, os programas aplicativos a assistência técnica de hardware e software, as empresas que representam o hardware e software. Com esses dados pesquisar se o colega está satisfeito com o que possui, se o software atendeu ou está atendendo a necessidade do usuário, se o programa (software) foi adquirido em pacote (programas já prontos) ou, se foram desenvolvidos especificamente para a

empresa (vide-box).

Após esta pesquisa o empresário adquiriu conhecimento inicial da informática e possui subsídios para optar.

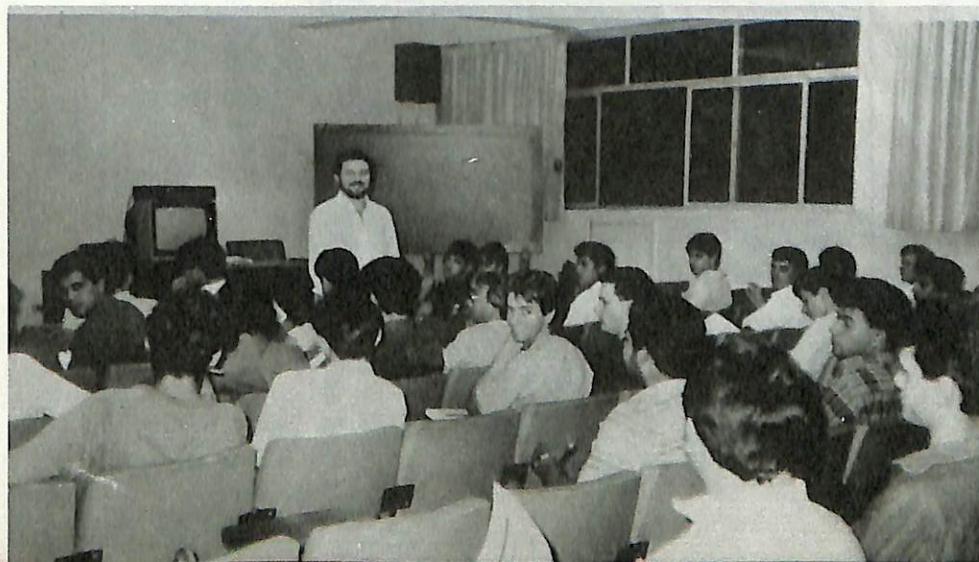
Existe um consenso de que, devido aos custos e a grande disponibilidade de produtos no mercado, a melhor solução para as empresas é comprar pacotes prontos em vez de desenvolver seus aplicativos financeiros e administrativos. Parece corriqueiro falar sobre a compra de programas tão comuns, mas é exatamente aí que as pequenas e médias empresas mais se embaraçam.

Os usuários se entusiasмам com as demonstrações e esquecem de avaliar coisas básicas como a adequação do sistema às necessidades da empresa e as condições de atendimento do fornecedor.

Uma empresa Paulista, depois de passar três anos, tentando operacionalizar um sistema integrado, foi obrigada a abandonar o projeto e recomençar tudo de novo, porque não analisou bem as questões que diz respeito a manutenção do programa. Para que problemas com este não continue, recomenda-se que se faça um planejamento das necessidades do usuário para a compra de qualquer sistema aplicativo.

TREINAMENTO: Desenvolvimento de Habilidade em Vendas, Auditório Hebert Maya - 28 a 30 maio.

Devido ao sucesso do curso anterior o Conselho da Mulher Empresária, órgão da ACIM, está promovendo nos dias 24 a 27 de Julho, outro treinamento em Desenvolvimento de Habilidade em Vendas, com o instrutor Cláudio Serrato - consultor do CEAG-P. As inscrições já estão abertas. Informações - ACIM - Neusa - Fone: 26-1331



UM BOM APLICATIVO NEM SEMPRE É O MELHOR DO MERCADO, MAS O QUE MAIS SE ADEQUA À EMPRESA. PARA UMA BOA COMPRA É PRECISO AVALIAR AS FUNÇÕES DO SISTEMA, A ESTRUTURA DO FORNECEDOR E COLOCAR O MÁXIMO DE GARANTIA NO CONTRATO.

Em São Paulo, a CEMIG Software, criou um serviço inédito de cruzamento de informações que permite comparar vários programas e eleger o melhor em apenas uma hora de demonstração. A mágica para essa escolha rápida está no CROSSMARKETING, um programa desenvolvido pela CEMIC, que questiona o usuários sobre as suas necessidades com relação a um determinado aplicativo e

cruxa as respostas com as facilidades disponíveis nos programas cadastrados no seu banco de dados, selecionando o que mais se aproxima das necessidades do usuário. A CEMIC tem cadastrados diversos fornecedores e milhares de programas para diferentes áreas de atuação: Contabilidade, Folha de Pagamento, Controle de Estoque, Faturamento, agricultura, haras, Controle Administrativo e financeiro, etc. Além de assessorar na escolha dos programas, antes de encaminhar o usuário para as negociações, ela faz através de vídeo, uma apresentação prévia da empresa escolhida. Isto serve como quebra-gelo. O usuário já sai sabendo com quem vai tratar.

Jonas Rodrigues Martins, é diretor da D'martins Confeccões e Jotaerre Informática.

ACIM prepara a IV FEIMAR

O Conselho da Mulher Empresária órgão da Associação Comercial e Industrial de Maringá já iniciou os preparativos para a IV FEIMAR - Feira da Indústria de Maringá e Região, que será realizada entre 15 e 23 de setembro. O Conselho firmou um termo de compromisso com o prefeito Ricardo Barros, garantindo o uso do Centro de Convivência Comunitária, do Auditório Hélio Moreira e do saguão da prefeitura para a realização do evento.

Durante uma reunião realizada, na primeira quinzena do mês, no gabinete do prefeito, a presidente do Conselho, Maria Aparecida Bekner da Silva, a 1ª vice-presidente Maria Alice Pinatti, e a 2ª vice-presidente, Maria de Lourdes Meneguetti Seravali, explicaram a importância do apoio da prefeitura para o sucesso da Feimar. A exposição das indústrias será no Centro de Convivência Comunitária e palestras no Auditório Hélio Moreira. O saguão da prefeitura ficará à disposição dos expositores para o uso do telex, telefone e xerox.

A Feimar já é um evento tradicional em Maringá reunindo todos os anos vários segmentos industriais do município e região. Nos últimos anos estiveram presentes indústrias de alimentos, confeccões, calçados, car-

retas e outros segmentos pesados do setor industrial. Este ano o Conselho da Mulher Empresária espera maior participação. Neste sentido a diretoria da entidade conta com o apoio do secretário municipal de Indústria, Comércio e Agricultura, Milton Xavier de Mendonça Júnior, acreditando que o evento superará todas as expectativas este ano.

A SERVIÇO DA REGIÃO

A localização de um empreendimento empresarial é da máxima importância para a sua viabilização. A existência de infra-estrutura (transporte, comunicação, energia e outros) define muitas vezes o seu sucesso. Mas é em função dos diversos mercados - consumidor, fornecedor de mão-de-obra, e de matéria prima - que são decididas a localização da grande maioria das empresas.

Maringá, por contar com uma excelente infra-estrutura e ser polo de uma rica região, com um grande mercado consumidor e fornecedor de mão-de-obra e de matéria prima, pode ser definida como uma das melhores localizações para qualquer empreendimento. Somado aos aspectos local e regional, assume como grande vantagem comparativa o seu posiciona-

mento em termos de País, já que está situada na região centro-sul, próxima, portanto, dos maiores mercados consumidores - São Paulo, Curitiba, Mato Grosso do Sul, além de Paraguai e Argentina.

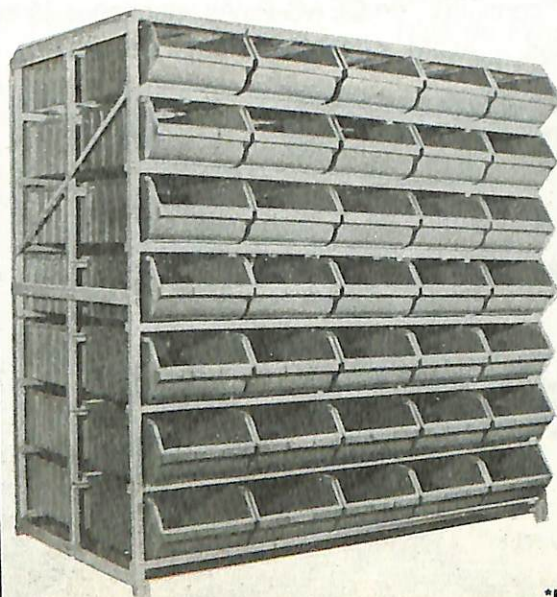
De nada adiantaria todos esses pré-requisitos se não contássemos com a qualidade e coragem da nossa gente. Os nossos empresários tem dado demonstração de capacidade e pioneirismo em todas as atividades. Maringá é um porto aberto sempre recebendo novos habitantes e empreendedores, não em busca de conquistas fáceis, mas sim dispostos, com trabalho árduo, a aproveitar as oportunidades oferecidas pela nossa cidade e região.

Neste cenário, a FEIMAR - Feira da Indústria de Maringá e Região, iniciada em 1987 assume relevante papel na divulgação dos produtos e empresas da nossa região, contribuindo no fortalecimento dos nossos mercados. A IV FEIMAR pretende, como nos anos anteriores, se caracterizar como ponto de convergência de interesses de compradores e expositores, atingindo, ainda, como sub-produto o importante objetivo de atrair novos investimentos para a cidade e região.

Ciclos

PRODUTOS MARFINITE

Av. Brasil, 4856 - Fone: 24-4144 - Maringá - PR



PRATELEIRA
PARA
ESTOQUE

*Diversos tamanhos



Um símbolo de trabalho eficiente.

Expresso Rodoviário Tamoyo

TRANSPORTES RODOFERROVIÁRIOS

Matriz:

MARINGÁ (PR)

Telefone: (0442) 22-8934 - Telefax: (0442) 22-8178

Filiais:

SÃO PAULO (SP)

Avenida Prêside Wilson nº 3.435 - Ipiranga
Pátio da Estação Ferroviária do Ipiranga - Telefone:
(011) 273-8411 (PABX) - Telefax: (011) 273-8932

CURITIBA (PR)

Rodovia BR 116, Km 2,8, nº 2.828 - Vila Guilhermina
Telefone: (041) 246-6733 (PABX)

LONDRINA (PR)

Avenida Rio Branco, nº 964 - Jardim Shangrilá
Telefone: (0432) 29-1133

MARINGÁ (PR)

Avenida Prudente de Moraes, nº 261 - Centro
Telefone: (0442) 22-3876

CAMPO MOURÃO (PR)

Avenida Capitão Indio Bandeira nº 2.080 - Centro
Telefone: (0448) 23-1243

APUCARANA (PR)

Avenida Minas Gerais, nº 3503 - Bairro Vila Nova
Telefone: (0434) 22-3327

Não perca tempo!

A EMPRESA QUE COMPETE NUM MERCADO VERSÁTIL, ONDE O QUE VALE É A RAPIDEZ E A QUALIDADE DO ATENDIMENTO, A BAIXO CUSTO, NÃO PODE FECHAR OS OLHOS PARA A TECNOLOGIA. É FATO, QUE QUEM REDUZ O TEMPO EM SEUS SERVIÇOS TEM O RETORNO MAIS RÁPIDO. POR ISSO, EMPRESÁRIO, PROCURE-NOS. SEM PERDER TEMPO.



Lizatel

TELECOMUNICAÇÕES

Maringá (0442) 22-5511

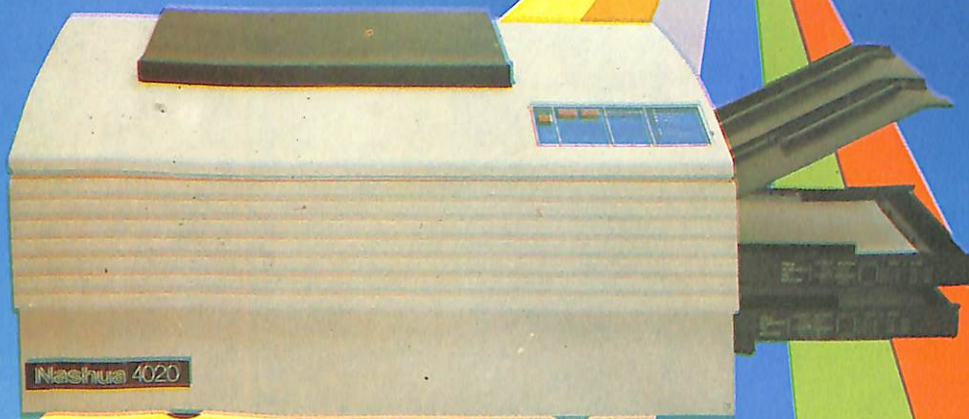
Londrina (0432) 22-1864

Na SITTA você encontra a nova geração Nashua

NASHUA 4435

**Copiadora
Ampliadora e Redutora**

A opção ideal para médios e grandes volumes de cópias. Amplia a produtividade e reduz os custos. Funcionamento perfeito e garantido em todo o território nacional.



NASHUA 4020

**Nova Copiadora
Duplicadora - Digital**

Para quem exige elevado padrão tecnológico e confiabilidade de desempenho. A copiadora na medida certa para o departamento de cópias de sua empresa.



DISQUETE NASHUA

O disquete que você quer que seu computador mereça. Altíssima qualidade e garantia da NASHUA.



Comércio de Máquinas Copiadoras Ltda.

Av. Dr. Luiz Teixeira Mendes, 1153 - Fone: (0442) 25-3601 - Maringá - PR